

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.

---

ATA Nº 31

PRESIDENTE - SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente audiência pública que foi solicitada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, com a finalidade de discutir o orçamento do Estado. É uma audiência pública conjunta das Comissões, em que nós vamos ouvir o Secretário de Planejamento com toda a sua equipe, se necessário for. Portanto, queremos agradecer a presença de todos.

Passo a compor a Mesa. Já está na Mesa nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Zeca D'Ávila, que é também Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; também já está na Mesa o 2º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Execução Orçamentária, Deputado João Malheiros. Convido o Deputado Clóvis Roberto para compor a Mesa e convido o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral Dr. Yênes de Jesus Magalhães.

Composta a Mesa, convido a todos para de pé ouvirmos o Hino Nacional.  
(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

Convido ainda para compor a Mesa o 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, e o Deputado Eliene, 4º Secretário desta Casa.

Queremos registrar a presença do Sr. Arnaldo Alves Neto, Secretário Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral; e também do Sr. Ocemário Daltro, Secretário Adjunto de Gestão.

Agradecemos a presença dos funcionários e técnicos da SEPLAN e também agradecemos a presença dos funcionários da Secretaria de Estado de Fazenda; agradecemos a presença dos Professores e dos alunos da UNEMAT de Tangará da Serra, de Cáceres e de Barra do Bugres.

Sejam bem-vindos! Sintam-se à vontade em nossa Casa (PALMAS).

Nós vamos passar a palavra aos autores do Requerimento, aos Presidentes das Comissões.

Eles preferem ouvir a Secretaria de Planejamento, através do seu Secretário Yenes Magalhães.

Se houver interesse de alguém da platéia formular alguma questão, poderá fazê-lo, terá o momento, por escrito. O Cerimonial passará colhendo as questões que forem formuladas.

Portanto, terão a oportunidade de fazer os questionamento.

Convido o Sr. Yenes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Fazenda, para fazer a exposição do Orçamento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

O SR. YENES JESUS DE MAGALHÃES - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa; Srs. Deputados Riva, Clóvis Roberto, João Malheiros e Eliene.

Em nome do Arnaldo e do Ocemário, eu cumprimento toda equipe da SEPLAN e a nossa Superintendente de Políticas Públicas, Sr<sup>a</sup> Lorenice.

Quero agradecer aos nossos parceiros da Secretaria de Estado de Fazenda, sempre presentes conosco; também quero cumprimentar a todos os membros da UNEMAT, através do seu Reitor, Taisir, e do Presidente também da UNEMAT, Domingos Sávio.

Sr. Presidente, nós queremos aproveitar esta oportunidade - eu vou passar a palavra para o nosso Secretário Adjunto, Arnaldo, para fazer a apresentação da peça orçamentária - para enaltecer a dificuldade que nós temos, no momento, de elaborar um orçamento e buscar atender todas as necessidades. As necessidades são muitas no Estado, e nós precisamos aprender a priorizar. Com isso, automaticamente, você não consegue agradar a todos. O que nós precisamos é ter transparência nas nossas ações.

O Orçamento, quando você tem o valor estipulado, passa por vinculações que não dependem simplesmente da sua vontade, o que você vai fazer com aquele recurso. Nós temos vinculação que diz respeito à dívida pública; nós temos vinculações constitucionais, no caso da saúde, educação, a UNEMAT, a FAPEMAT, o CEPROTEC; nós temos as vinculações repasses dos municípios; e nós temos as outras vinculações dos nossos fundos.

Depois de atendidas todas as necessidades e garantido o repasse dos poderes, de todos os poderes constituídos, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público, e também agora a Defensoria Pública que também é um órgão auxiliar de um Poder, o que sobra para você buscar atender as necessidades é objeto de muita discussão.

Então, eu só quero colocar aos senhores, Deputados aqui presentes, que são responsáveis pela avaliação do orçamento, da peça orçamentária, e colocar todos os técnicos da Superintendência de Políticas Públicas, coordenada pelo nosso Secretário Adjunto, Arnaldo, à disposição dos senhores, não só desta Audiência, mas de todo gabinete dos senhores para que nós possamos discutir, esclarecer, da transparência sobre o orçamento do Estado, o que o Governo do Estado está propondo a ser executado para o ano de 2007.

Nós queremos e temos compromisso com esta Casa de Lei de poder discutir e conseguir aprovar o orçamento que venha ao encontro da necessidade da população mato-grossense. Esse é o grande objetivo, não só do nosso Governador Blairo Maggi, mas de todos os técnicos do Estado e, principalmente, desta Casa de Leis.

Eu quero, neste momento, agradecer aos senhores, pela oportunidade desta audiência, não só pelas pessoas que estão aqui, mas porque está sendo transmitida para todo o Estado de Mato Grosso, para que a população possa, através desse instrumento, audiência pública, conhecer as nossas ações, dos gestores públicos, do Estado de Mato Grosso.

Arnaldo, quero passar a palavra para você fazer a apresentação e estaremos aqui. Peço aos técnicos também, dentro da necessidade, que colaborem para esclarecer qualquer dúvida que possa existir para os Srs. Deputados ou para algum dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos também registrar a presença do Magnífico Reitor, Professor Taisir Karim.

Bem-vindo. Sinta-se à vontade.

Com a palavra, o Sr. Arnaldo Alves.

O SR. ARNALDO ALVES - Boa-tarde a todos.

Boa-tarde, Deputado Silval Barbosa, em nome de quem cumprimento toda a mesa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Boa-tarde, Secretário Yênes Magalhães, e colegas de trabalho da SEPLAN.

Cumprimento e agradeço a presença dos colegas da Secretaria de Fazenda e dos demais participantes.

Seria praticamente impossível numa audiência pública abrir toda a peça Orçamentária e detalhá-la numa discussão de ação. Mas nós fizemos aqui um resumo do que compõe essa peça Orçamentária da melhor maneira de como distribuir esses recursos e de como eles foram distribuídos ao longo do Estado.

Inicialmente, temos que salientar que a receita do Estado é feita através da variação dos trabalhos ao longo do ano anterior e também corrigida mensalmente pela Secretaria de Fazenda.

Essa informação chega à Secretaria de Planejamento que, então, aplicando aquilo que existe, que são as legislações constitucionais e legais, através dessas atribuições nossas e aí é montada a peça Orçamentária.

A primeira parte da peça Orçamentária é muito tranqüila, porque nós apenas cumprimos a lei, cumprimos aquilo que a legislação manda, cumprimos a parte legal.

A segunda parte é um pouco mais complexa, porque trata de recursos do Tesouro e essas são as Secretarias que trabalham efetivamente e somente com recursos do tesouro.

A Receita neste ano foi encaminhada pela Secretaria de Fazenda prevê um total de R\$6.188.000.000,00 e, desses valores, parte são Receitas Correntes, parte são Receitas de Capital. E nós temos que deduzir dessa receita, antes de apresentar o total dela, o valor do FUNDEF, aquele que é repassado aos municípios para o ensino fundamental. Então, há um abatimento no valor original de 6 bilhões e 210 mil, um valor de 473 milhões, que é o valor da perda ou o valor da transferência do FUNDEF. É esse valor que está aqui.

A receita do Estado que nós vamos começar a trabalhar, que é o início dos trabalhos, monta 5 bilhões, 736 milhões, 509 mil. Este ano nós estamos fazendo uma correção no orçamento, porque quando o orçamento foi feito ao longo dos anos anteriores, foi retirada, alguns anos atrás, uma modalidade que chamava transferência intergovernamental. Ou seja, tudo aquilo que o Governo paga para ele mesmo não gerava uma nova receita. Quem define isso é o Governo Federal, através de sua legislação. Então quando ele tirou essa transferência intragovernamental, ele duplicou algumas ações. Ou seja, quando o Estado paga a IOMAT, que é a Imprensa Oficial do Estado, uma ação, ou seja, a Secretaria de Planejamento tem o orçamento dela e paga à IOMAT uma ação que ele faz para a SEPLAN, quando publica os decretos, quando publica as portarias, ele está duplicando a receita. Por quê? Porque já é a receita do Estado. Eu pego a receita do Estado e repasso dela para um outro órgão, e isso duplicava a receita. Isso implicava em aumentar o valor da receita líquida real, isso implicava em pagar mais dívida.

Houve bastante questionamento junto ao Governo Federal, principalmente no que tange à questão da Previdência. Então, houve novamente a criação da modalidade intragovernamental. Isso fez com que os valores não se repetissem. Ou seja, o valor que eu passo para pagar, hoje, o IOMAT, o CEPROMAT, a própria Previdência, não são mais receitas novas. Ou seja, não é dinheiro novo. São receitas do próprio orçamento. Então, por isso, neste ano, nós modificamos um pouquinho a questão do orçamento.

E antes de passar efetivamente para o orçamento, eu queria só fazer uma comparação, porque isso aqui é muito importante para que possamos entender, às vezes, algumas reduções que aconteçam no orçamento.

Eu procurei colocar aqui as principais receitas do Estado no ano 2006 e 2007. E nós verificamos que quando eu faço a somatória entre as principais receitas do estado, comparando a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

2006 e comparando com 2007, o orçamento do Estado nas principais receitas, não são todas, porque na diferença no total está dando em torno de 91 milhões, mas as principais receitas são compartilhadas, dá uma diferença de sessenta e um milhões de reais a menor em relação ao Orçamento do ano passado. E isso é explicado pela grande perda que nós estamos tendo do ICMS, cuja previsão no ano passado era de três bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões de reais. E este ano nós estamos prevendo três bilhões de reais.

Aqui há uma perda muito grande na ordem de trezentos e cinquenta milhões de reais. E isso é refletido, porque quando esse Orçamento foi feito no ano passado e nós chegamos nesse montante que está ali, de três bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões de reais, a realização dele para este ano está sendo prevista, a tendência em termos de estar arrecadando até agora, deve chegar em torno de três bilhões de reais.

Então, esse Orçamento é coerente com o que está sendo executado este ano, porque quando nós fizemos a nossa previsão orçamentária de três bilhões e oitocentos milhões de reais no início da apresentação da LOA no ano passado, nós fizemos uma queda, uma tendência de queda que foi encaminhada para a Assembléia, de quatrocentos e sessenta milhões de reais e esses quatrocentos e sessenta milhões de reais acabaram realmente não acontecendo. Foi bem maior esse valor, ou seja, a arrecadação foi bem menor.

Então, a tendência que nós estamos projetando para o final deste ano é arrecadar de ICMS em torno de três bilhões de reais, o que se reflete também no Orçamento de 2007. O que está compensando isso são as outras transferências legais e constitucionais por parte do Governo Federal, onde aparece ali o FPE, também a questão do Imposto de Renda e o IPVA. Mas, mesmo com essas melhorias, ainda assim nós estamos projetando o Orçamento com sessenta e um milhões de reais a menos do que o ano passado.

Então, esse slide mostra bem o que é a arrecadação do Estado para que possamos falar do Orçamento.

Eu falei da Transferência Intragovernamental, quanto que se impactava no orçamento de duplicidade de ação, e aqui nós estamos mostrando o que é que isso representa para nós, a duplicidade de ação no orçamento, ou seja, daqueles cinco bilhões, setecentos e trinta e seis milhões de reais, que é o Orçamento do Estado, só de transferências dentro do Estado para dentro do Estado, nós teremos este ano quatrocentos e um milhões de reais. Esse valor aqui, ele impactaria na dívida. Então, por isso está sendo extraído do Orçamento do Estado a transferência Intragovernamental e temos o verdadeiro valor líquido que entra no Estado. Esse é o verdadeiro valor real que entra no Estado, ou seja, cinco bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões de reais.

Então, essa Transferência Intragovernamental veio para nos ajudar, efetivamente, a falar de forma única daquele que é o recurso que eu disponho no Estado, embora as realizações continuem normal, o Orçamento é igualzinho do ano passado, não modifica nada. O que modifica é que nós passamos a ter um controle maior, uma visão maior da receita do Estado e também diminui a nossa capacidade de impactar em cima da dívida.

O que entra ali são transferências normais, é a transferência da que vai para a contribuição patronal, contribuição do servidor, contribuições previdenciárias que é a Fonte 250, serviços em gerais. E aqui nós escapamos, só para o CEPROMAT, os valores que duplicariam a receita, seja na ordem de vinte e três milhões, contribuição de servidores do ativo civil, são mais quarenta e cinco milhões. Então, todas essas receitas que estão destacadas aqui no quadro, são as receitas que são duplicadas no Orçamento. Então, isso hoje não faz mais parte da peça orçamentária no que tange ao cálculo da nossa receita. Nós temos que a nossa receita líquida, ou seja, que a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

previsão que vai entrar de dinheiro novo no Estado, é cinco bilhões trezentos e trinta e cinco. Isso soma-se mais aqueles quatrocentos e poucos milhões do FUNDEF, da perda e tal, por isso que não aparece ali. Mas o total da nossa receita é isso aí.

O que nós vamos fazer agora, é explicar como esse recurso é distribuído dentro da peça orçamentária. Então, quando eu tenho lá aquele orçamento de cinco setecentos e trinta e seis, aqui eu já estou esquecendo as transferências constitucionais, a minha peça orçamentária normal.

Nós temos a primeira parte que são receitas de administração indireta, ou seja, são recursos que não são do Orçamento, eles são especificamente de algum lugar definido. Então, por exemplo, recurso do Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Contas. Isso é um recurso que é do próprio Tribunal de Contas. Então, não posso começar o meu orçamento pegando esse dinheiro e utilizando ele. Esse recurso tem que ser extraído do meu orçamento. Não posso distribuir o orçamento daquelas receitas que são receitas próprias, como por exemplo: Receita do FUNAJURIS, Receita do FUNJUS, que são receitas que vão direito do órgão para o órgão. Receita do FUNAJURIS vai direto para o Tribunal de Justiça; Receita do FUNJUS vai direto para a PGE. Então, o Estado não tem interferência nessa receita, são receitas diretamente arrecadadas, como o caso do DETRAN, outros órgãos que têm fontes de arrecadação própria.

Então, essas primeiras receitas mostram um total de oitocentos e oitenta milhões. São receitas próprias ou receitas de convênios com o Governo Federal, são atividades que não fazem parte da nossa receita. Não tem que deduzi-la, então, daquele orçamento de cinco bilhões e setecentos milhões, deduzindo os oitocentos e oitenta milhões, eu passo a ter a receita do tesouro que é de quatro bilhões e oitocentos milhões de reais.

Aqui nós começamos, então, a montar a peça orçamentária. Esses outros daqui de cima, da Administração Direta, têm os seus orçamentos que também são feitos, são apresentados e são discutidos dentro do âmbito do Estado. Eles também têm sua peça. Está aí dentro do Orçamento do Estado, mas não faz parte da distribuição da receita do tesouro, que nós vamos começar agora.

A primeira coisa que fazemos, quando calculamos a receita do tesouro, é tirar fora o Fundo de Participação dos Municípios. Então, esse daí é o primeiro constitucional que vem, que é entorno de 25% da arrecadação, mas ali também tem o IPVA, que é de 50%. Então, depende muito... Mas o montante, depois de calculado pelas formulas, esse ano está dando oitocentos e cinquenta e um milhões. Ele está mais baixo do que o ano passado que era entorno de novecentos e trinta milhões. Isso porque o ICMS está muito baixo, e a base de arrecadação da transferência para o município é o ICMS. Então, automaticamente, ele está mais baixo do que o ano passado. E de quatro bilhões e oitocentos milhões, tirando oitocentos e cinquenta e um milhões, que a legislação manda nós repassarmos para os municípios, sobram, então, quatro bilhões de reais.

A segunda página que nós vamos virar aqui são das receitas que nós temos de vinculações constitucionais e legais, ou seja, saúde, educação... Aí em separado ali nós temos a educação constitucional, transferência do fundo nacional do desenvolvimento da educação, UNEMAT, FAPEMAT, E CEPROTEC. Isso é tudo estipulado pela lei. Cada órgão desse aí tem sua própria característica, tem sua própria lei. Os percentuais são estabelecidos pela legislação e é muito fácil fazer o orçamento. É só distribuir. Ele cai como se fosse uma maquininha, é automático, os valores já estão predefinidos.

O montante dos valores das vinculações constitucionais e legais dá um bilhão e trezentos milhões de reais, que subtraído da receita líquida do tesouro nos dão um saldo inicial da receita disponível de dois bilhões e seiscentos milhões de reais.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Gostaria de dizer que, quem estiver tomando nota, não precisa se preocupar, porque isso ficará disponível no *site* da SEPLAN. Esse material vocês poderão tirar lá. Aí fica mais fácil, porque, às vezes, eu falo depressa e não dá para acompanhar tudo.

A segunda parte nós já começamos lá em cima. Temos a receita líquida do tesouro. Tirei as vinculações constitucionais e legais. Então, eu tenho aquele saldo que foi passado na página anterior de dois mil, seiscentos e sessenta e sete.

Aí eu venho para: Transferências a Fundos. E aqui, também, são constitucionais. Estadual: Tem as suas próprias leis específicas. E aqui, também, é feita uma distribuição não tão difícil de ser feita, porque aqui nós só vamos distribuindo os valores. Então, cada recurso desse, cada Fundo desse, tem sua própria lei e nós somente cumprimos a Lei. É como se fosse uma maquininha. E só distribuir. Então, o Orçamento vem distribuindo. O total dos Fundos dá trezentos e cinquenta e três milhões. E nos sobra, nesse segundo momento 2.3 bilhões de reais.

A última parte dessas transferências, para entrarmos na Receita Líquida do Tesouro, é aquela: As outras vinculações. São recursos que, às vezes, já são destinados especificamente ou são repassados diretamente.

Indústria e Comércio: São recursos provenientes da alienação de terras e incentivos do PRODEI, de recursos hídricos, de recursos minerais e do petróleo.

A SINFRA é da CIDE. É um recurso transferido do Governo Federal para aplicação direta em estrada.

METAMAT - São recursos oriundos, também, da parte de exploração de recursos hídricos, minerais e petróleo.

INTERMAT - São recursos de alienação de terra.

A SEMA, da mesma forma que ela contribui, a Indústria e Comércio, a METAMAT e a SEMA têm participação nos recursos hídricos, minerais e petróleo.

Na realidade, tem tudo a ver uma com a outra.

Agricultura - Recursos de incentivos e as contribuições previdenciárias dos outros Poderes.

Este aqui é especificamente dos servidores.

Isso dá um total de cento e trinta e quatro milhões. Então, deduzindo daquilo que sobrou da receita disponível do Tesouro, nós passamos a ter, então, a real receita disponível do Tesouro, que é aquela que nós chamamos de Fonte 100. Aqui, sim, é o recurso onde, efetivamente, não há muitas leis. Aqui é onde o recurso pode ser distribuído de uma forma mais objetiva, que eu posso priorizar. Mas não é todo recurso que eu posso priorizar. Por quê?

Essa era a idéia de receita disponível do Tesouro. Mas o Estado assumiu alguns compromissos. E aqui, então, nós vamos falar dos compromissos.

Primeiro lugar, a Lei manda que eu utilize uma reserva de contingência para as ações de priorização de Governo, ações de emergência, ações de complementação do Governo, que é constitucional e legal uma reserva de contingência de 2% da receita corrente líquida.

Então, nós temos ali 87 milhões.

Aí tem pessoal e encargos do Executivo, excetuando o quê? Excetuando aqueles que já estão na vinculação em cima, ou seja, excetuando Secretaria de Educação, Saúde, UNEMAT, CEPROMAT, CEPROTEC. Esses valores já estão descontados lá em cima.

Aquilo ali são todas as outras Secretarias do Estado, exceto essas as quais eu falei, que já vão nas suas vinculações constitucionais e legais.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Aí tem um outro vilão grande que nós temos aqui, que é a dívida, que é tudo aquilo que o Estado gastou em um determinado período, e o Estado era devedor de uma dívida para várias pessoas.

Então, foi constituído através da União, a União assumiu todas essas dívidas e fez um contrato da dívida com cada Estado, não é só o Estado de Mato Grosso, com cada Estado, e nós temos uma parcela que é calculada em função da nossa receita, em função das distribuições e da apresentação dos nossos gastos.

Em cima disso, a previsão para este ano é uma previsão, inclusive, ainda que está por sofrer revisão, é de quinhentos e trinta e três milhões que nós vamos pagar de dívida do Estado.

Esse valor é negociado anualmente, e ele é estabelecido de um contrato que foi feito entre o Governo do Estado e o Governo Federal, cuja responsabilidade da administração dele, aqui no Estado, é da Secretaria de Estado de Fazenda; e no Governo Federal é da Secretaria do Tesouro Nacional.

E anualmente nós vamos, sentamos com eles e tentamos cada vez mais diminuir o valor da dívida a ser paga, mas existe um contrato, e esse contrato nós temos que cumprir a risca. Se nós pensarmos em não cumprir a risca esse contrato, o Estado sofre penalizações, como não receber o fundo de participações do Estado, não receber convênios, não receber nenhum tipo de transferência governamental do Governo Federal.

Então, muita gente chegou a pensar e nos propôs nas audiências de parar de pagar a dívida, mas isso aí, hoje, acarreta um prejuízo muito maior do que se nós pagarmos a dívida. E quase igual o que se transfere do Estado, para o que o Estado paga, mas, de todo jeito, tem as outras transferências, para a saúde, para a educação, para convênios específicos que estariam fora da realização do orçamento do Estado.

Então, isso é compromisso do Estado e não tem como deixarmos de pagar.

Estamos também encaminhando várias alternativas junto ao Governo.

O Governador Blairo Maggi esteve com o Presidente há alguns dias e há também até uma proposta de dar uma trégua para os Estados de dois anos, é uma proposta, para que os Estados possam se reequilibrar e, a partir daí, então, voltariam a negociar essa dívida em uma outra visão.

Então, as propostas já foram encaminhadas ao Governo Federal, existe uma série de alternativas, mas, por enquanto são só propostas, não temos nenhuma resposta sobre essa redução da dívida ou qualquer alteração no seu cálculo referente ao nosso compromisso com o Governo Federal.

Desse recurso que está lá, dos R\$217 milhões que sobraram, temos também que passar para os outros Poderes.

Então, está separado na outra página, hoje repassamos para os Poderes dos recursos do Tesouro, R\$644 milhões.

Aí sobram ainda o custeio das Secretarias de Estado e investimentos, que está previsto para o ano que vem R\$93 milhões.

Inversões financeira, que é a contribuição, são Recursos do Tesouro que são repassados, no caso, para a agência de Fomento especificamente para que possa promover o fomento dentro do Estado de Mato Grosso, que é da ordem de R\$1.225.000,00.

Aqui estão separados os recursos dos Poderes, num total de R\$644 milhões. Eu falei que nem tudo aqui é livre, porque existe uma parte constitucional, por isso eu trouxe esse slide, que é a questão de pessoal.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Cada Poder tem um limite constitucional e isso entra aqui dentro na questão de distribuição de recursos, através do que se refere para pessoal.

Então, temos aqui: Tribunal de Justiça - 6% da Receita Corrente Líquida destinada a pessoal do Tribunal de Justiça; Assembléia Legislativa, 1,77%; Tribunal de Contas, 1,23%; Procuradoria Geral de Justiça, Ministério Público, 2%. E agora, apareceu, como o Yênes Magalhães disse na abertura, mais um órgão auxiliar, que é a Defensoria, que passou a ter autonomia administrativa e financeira.

Esses valores de pessoal para a Defensoria ainda não estão definidos e nem regulamentados por lei. Então, esse valor ainda não está, de forma legalizada, estipulando quais são os valores específicos.

Este ano a previsão é de R\$16 milhões para a parte de pessoal. Então, esse não está na parte constitucional ainda.

Total dos Poderes, sem a Defensoria, é 11% da Receita Corrente Líquida. Além disso, os Poderes têm outras fontes próprias, como, por exemplo, o caso do Tribunal de Justiça tem o FUNAJURIS, que são recursos próprios do Tribunal de Justiça.

A Assembléia Legislativa, esses recursos próprios são recursos que são arrecadados, através dos salários dos Deputados, dos servidores que vão para a parte patrimonial, que são para pagar os aposentados e pensionistas da Assembléia Legislativa.

Tribunal de Contas também tem recursos diretamente arrecadados que nós mostramos lá em cima naquela primeira folha, no primeiro *slide*.

A Procuradoria-Geral de Justiça tem também o seu fundo, FUNAMP. E tem ainda a Defensoria. Isso aqui também é uma arrecadação própria dela lá de direitos advocatícios, que são valores de arrecadação das pessoas que podem pagar, quando ela presta serviços, eles são restituídos. É um valor muito pequeno, mas tem um valor de 9 mil, 509 reais previstos no orçamento.

E um outro item, que é muito importante para o trabalho do orçamento, é a receita corrente líquida. Essa é fundamental para várias atribuições dentro do Estado. E aqui nós estamos mostrando como é feito o cálculo da receita corrente líquida.

A receita corrente líquida trabalha com duas lâminas.

A primeira é aquela que são as receitas correntes. E a segunda lâmina é a lâmina que mostra as deduções dessas receitas correntes. Lá no início quando nós mostramos as receitas correntes do Estado, nós mostramos que o Estado estaria arrecadando 6 bilhões, 188. Porque aqui está duplicando receita, aqui tem uma série de ações, então, por isso que eu mostrei lá no início o valor é acima daqueles números que aparecem.

Quais são essas receitas? São todas aquelas receitas que nós já haviam abertos lá atrás. E eu tenho as deduções. Quais são as deduções que eu faço para eu calcular a receita corrente líquida? Eu deduzo dela o IPVA, que vai para os municípios, o ICMS que vai para os municípios, o fundo de investimento social do Estado; o IPI também que vai para os municípios; os recursos da CIDE, que também vão para os municípios. O fundo de petróleo, multas do IPVA, juros de IPVA, multas de ICMS, juros de ICMS, dívida ativa.

E aí aquele fato novo que eu já falei, a contribuição previdenciária, a contribuição patronal, a receita industrial, receitas de serviço e o FUNDEF. Então, quando eu faço todas essas deduções, eu passo a ter então a receita corrente líquida. Isso também não tem como ter dúvida, porque isso aí são valores específicos e que são constitucionais, estão na lei. É a coisa mais simples do mundo. Pegou o orçamento. Olhou. Esses valores estão claramente apresentados lá. Então, aí eu



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.

---

passo a ter a Receita Corrente Líquida do Estado, que é nada mais, nada menos que as Receitas Correntes menos as deduções que existem no Estado.

Aqui eu coloquei o *site* da SEPLAN: [www.seplan.mt.gov.br](http://www.seplan.mt.gov.br), porque é impossível distribuir um caderno para cada pessoa que nos procura.

Então, o Orçamento do Estado é composto de três volumes. Cada volume tem em torno de 900 páginas. Ali em cima da mesa, ao lado do Secretário Yênes, tem dois volumes que estão impressos em frente e verso. Então, seria humanamente impossível. Nós teríamos uma dificuldade muito grande de fazer essa distribuição para todos do Estado de Mato Grosso. Então, na realidade, nós emitimos 25 documentos, e esses 25 documentos é um para cada Deputado e um para a Assembléia Legislativa, como Projeto de Lei e depois dele aprovado, nós imprimimos mais 100 documentos desses. Vai um para cada Secretaria, vem um para cada Deputado, é encaminhado um para o Tribunal de Contas por questão constitucional, um para o Ministério Público. Então, nós fazemos a distribuição desses Orçamentos e disponibilizamos na Internet, através do *site* da SEPLAN.

Então, as pessoas que quiserem olhar o detalhamento, está disponível no *site* da SEPLAN. E o mais importante, o Estado tem o acompanhamento direto das ações que são feitas através de cada Secretaria e cada órgão do Governo pelo próprio sistema de acompanhamento lá na Secretaria de Planejamento. E também isso é disponível. Está lá aquilo que são os programas de cada Secretaria, os Projetos e todas as ações desenvolvidas. E a partir do ano que vem, esperamos estar implementando a partir do dia 1º de janeiro o FIPLAN, que é o processo que nós vamos ter em tempo real, um sistema de acompanhamento das ações do Governo via *web*, via Internet, e que todas as pessoas poderão ter acesso das ações que estão sendo executadas, porque são instrumentos que apresenta resultado em tempo real. Esse é um instrumento público, instrumento de transparência de Governo que nós esperamos que dê condição, que todas pessoas possam estar acompanhando em tempo integral a Execução Orçamentária, a Execução da Receita e todas as ações do Governo, de forma integrada.

Mais uma, então, eu gostaria só de agradecer pela oportunidade de mostrar como é feita essa distribuição do Orçamento e que cada detalhamento desses itens que nós mostramos aqui está especificado dentro da peça orçamentária, dentro daqueles três volumes. Volto a dizer: passa a ser uma dificuldade muito grande para nós distribuir isso para toda população, até por questão do entendimento. Mas, nada impede que qualquer pessoa que quiser ver o orçamento e uma explicação maior, possa nos procurar lá na Secretaria de Planejamento, toda equipe que organiza esse trabalho, que está sob a responsabilidade da nossa Superintendente, Dona Enice, a equipe dela terá o máximo prazer de especificar e detalhar qualquer um dos projetos, programas por secretaria, por atividade e por natureza que vocês quiserem.

É o que eu tenho para apresentar neste momento. Muito obrigado (PALMAS).  
(OS ACADÊMICOS DA UNEMAT MANIFESTAM-SE COM O GRITO DE GUERRA: “QUEM SOMOS NÓS? SOMOS ESTUDANTES. QUEM SOMOS NÓS? SOMOS ESTUDANTES. O QUE QUEREMOS? AUTONOMIA, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.” - PALMAS E OVAÇÃO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Convido os Srs. Deputados para recomporem a mesa.

Também registramos as presenças dos Deputados Humberto Bosaipo e Mauro Savi.

Como o Secretário Adjunto Arnaldo estava falando da impossibilidade de detalhar o Orçamento. A peça orçamentária são estes três volumes aqui, que estão disponíveis na *internet* e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

no site da SEPLAN. Cada Deputado recebeu três volumes como este. É lógico, se houver alguma alteração que os Srs. Deputados entendam, é prerrogativa de cada Deputado, isso é possível ser feito neste momento, através emendas. Emenda individual, ou emenda de Bancada, ou emenda de Lideranças Partidárias, esse é o processo da finalização do Orçamento.

Eu comunico aos presentes que esta Audiência Pública está sendo transmitida, ao vivo, pela TV Assembleia, canal 16.

Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa, colegas Deputados, Secretários aqui presentes, cumprimento aqui, em nome de todos os técnicos, o Arnaldo, que aqui fez a exposição do Orçamento. Também cumprimento os participantes desta audiência pública. Dizer, Sr. Presidente, Secretário Yênes, que uma das sugestões que nós sempre temos aqui nas discussões do Orçamento é a preocupação de sempre vir para cá a discussão muito em cima da hora, porque esse espaço de tempo que nós temos, de agora até o final do ano, ou se estendendo um pouco mais, até o começo do ano que vem, se for preciso, nós entendemos que é um espaço muito curto para a compreensão e a participação da sociedade, das partes interessadas no Orçamento do Estado. Esta é uma preocupação que eu tenho colocado todos os anos que nós estivemos aqui participando.

Sabemos que esse coletivo aqui presente no Plenário é muito pequeno perto da extensão que a mídia leva as informações através das rádios, das televisões, dos jornais e revistas, mas, de qualquer forma, eu ainda quero ressaltar a necessidade de nós evoluirmos ano a ano, com um prazo mais útil, com a participação maior dos diversos segmentos interessados, da sociedade no orçamento do Estado. Essa é a nossa participação que nós colocamos aqui.

Embora saibamos que os valores estimados não são valores exatos, são valores estimados no orçamento, eu queria fazer um questionamento ao Arnaldo nessa queda que houve no ICMS de trezentos e quarenta e nove milhões de reais, que, ao meu ver, é o impacto maior da diminuição da arrecadação do Estado para o exercício de 2007. Eu acompanhei aqui que houve uma queda de trezentos e quarenta e nove milhões, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais só na arrecadação do ICMS. E o que tem de exato nessa estimativa, Arnaldo? É baseada na queda, no volume, de arrecadação do Estado?

Outro ponto que eu queria colocar é que aqui, há alguns dias atrás, houve uma Audiência Pública para discutir sobre a UNEMAT, e nós também nos posicionamos aqui.

Somos sabedores da dificuldade que o Estado tem, hoje, de atender todas as demandas necessárias. Eu disse, à época, que se voltássemos hoje os olhos para a questão de todo recurso arrecadado pelo Estado somente para o desenvolvimento do transporte, talvez, seria insuficiente. Se nós aplicássemos esses seis bilhões, cento e oitenta e oito milhões, depois de feitos os descontos, cinco bilhões e pouco, com certeza, não seriam suficientes para atender somente a demanda de infra-estrutura de estradas no Estado.

Quanto à questão do desenvolvimento humano, com a qual nós temos grande preocupação, que é o investimento na formação do ser humano, na sua escolaridade, é outro ponto preocupante.

E nós temos aqui a comunidade da UNEMAT, tanto os alunos como os Professores e Reitoria. Eu gostaria que, também, o Arnaldo comentasse sobre a realidade hoje; sobre como foi pautada a realidade para se chegar nesse número destinado à UNEMAT. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu indago aos Srs. Deputados, como as perguntas certamente serão direcionadas ao Sr. Arnaldo, se ele responde após a fala do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Deputado ou acham melhor responder ao final, quando todos fizerem os questionamentos. (PAUSA).

Então, Sr. Arnaldo, o senhor responde ao final.

Convido o Deputado Riva para usar da palavra.

A partir de agora, eu passo a condução dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Zeca D'Ávila.

(O SR. DEPUTADO ZECA D'ÁVILA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 14:44 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa; Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Zeca D'Ávila; Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado João Malheiros; quero saudar todos os Colegas Deputados; Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social; o Secretário de Estado de Planejamento, Yênes Magalhães; Subsecretário Arnaldo, que fez aqui a apresentação do Orçamento; Deputado Mauro Savi, Líder do Governo; Deputado Eliene, também membro da Comissão de Educação; Deputado Clóvis Roberto; Deputada Verinha Araújo, também membro da Comissão de Educação; e quero saudar todos os órgãos aqui presentes; saudar a UNEMAT, através dos acadêmicos; o Professor Taisir, magnífico Reitor da UNEMAT.

Eu gostaria, Sr. Presidente, primeiro, de dizer que não há como você brigar pelo que não existe. Todos tinham uma preocupação muito grande em relação aos poderes e é natural que... O Arnaldo fez a apresentação e nos mostrou que grande parte do Orçamento vem vinculado pelas leis já existentes, inclusive da UNEMAT que tem uma lei que define o repasse em percentuais de ICMS. Talvez seja essa lei aplicada no cálculo do orçamento da UNEMAT, e também mostra uma queda acentuada do ICMS.

Eu, Sr. Presidente, vou focar a minha fala aqui em cima do orçamento da UNEMAT.

Na questão da queda do ICMS, eu quero sugerir que seja feita uma reavaliação, Sr. Presidente, sobre a atuação da SEFAZ. Eu tenho uma admiração, não questiono a honestidade e a capacidade do nosso Secretário de Estado de Fazenda, mas é preciso rever algumas questões.

Por exemplo, Sr. Presidente, eu sugiro que seja reavaliada a questão dos incentivos, que já foi aqui previamente discutido, inclusive uma sugestão do Deputado Zé Carlos do Pátio, é necessário que se faça essa reavaliação. Tem setores, inclusive, que já não carecem mais desse incentivo, e tem setores que ainda precisam desse incentivo, e a própria condução da fiscalização em relação à produção.

Eu tenho uma denúncia, Sr. Presidente, de que grande parte da nossa safra é exportada e não é exportada. Quer dizer, essa é uma preocupação que paira aqui para todos, inclusive estou fazendo essa fala respaldado num pedido de representantes do Poder Judiciário e do próprio Ministério Público do Tribunal de Contas.

Ao desonerar a produção agrícola na exportação, nós temos uma fraude muito grande nesse setor, Arnaldo.

Esse é um ponto que tem que ser reanalisado e ter uma atuação mais efetiva da SEFAZ na arrecadação, porque quando o produtor se beneficia da isenção do ICMS na exportação, muitas vezes ele exporta um produto que é industrializado aqui e gera duas fraudes ao mesmo tempo. Primeiro, porque ele não paga o ICMS do produto que foi industrializado que ele declarou que estava sendo exportado; segundo, porque o próprio produto, por exemplo, o óleo de soja,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

oriundo desse produto não exportado e declarado como exportado, fica difícil ser colocado no mercado e acaba sendo colocado no mercado de uma forma que também prejudica a receita do Estado.

Então, é preciso fazer essa reavaliação, não está a cargo da SEPLAN, mas é uma discussão que esta Casa vai ter que fazer, porque eu vejo muitos pequenos comerciantes sendo pressionados, e é preciso, o Estado precisa de receita, e, de repente, não cuidamos da receita maior. Então, é preciso analisar isso.

No tocante à UNEMAT, Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão. Eu sou autor da Emenda Constitucional que eleva para 2,5% da Receita Corrente Líquida o Orçamento da UNEMAT.

Naturalmente que o Estado passa, sim, por dificuldades, que não é fácil contemplar dentro desse orçamento, cheio de vinculações, os interesses de todos os órgãos, mas é preciso revermos, Sr. Presidente, principalmente o Orçamento da UNEMAT, porque eu tenho batido em cima de seguinte tecla: não há que se falar num Estado desenvolvido se não esquecermos alguns setores e investimos maciçamente na educação.

Não há que se falar em processo de industrialização com um povo que não consegue preencher duas mil vagas no mercado de trabalho, quando aparecem dez mil candidatos.

Ora, tem alguma coisa errada. Falta qualificar, falta investir mais em educação e, quando eu disse que escolhi a bandeira da educação para defender nos próximos anos de mandato é porque este País, Sr. Presidente, infelizmente, cometeu um grande pecado quando ficou medindo recursos para investir na educação e, investindo de forma minguada, ele acabou inibindo o desenvolvimento, porque nenhum País consegue desenvolver, consegue fazer transformação social se não priorizar a educação, mas de uma forma efetiva.

Aí eu quero fazer uma proposta aos meus colegas Deputados. Eu sei que 2,5% podem ser muito, hoje, para o Estado. Mas nós podemos fazer isso de forma progressiva.

O orçamento da UNEMAT, hoje, de 61 milhões e pouco, mal e porcamente paga a folha de pagamento. E não podemos inibir o crescimento de uma instituição, Sr. Presidente, que é essencial para o Estado, que é essencial na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nós falamos muito em qualidade de vida, mas não tem qualidade de vida sem investimento na educação.

Está aqui o Deputado Humberto Bosaipo, que é Presidente da Comissão, que vai colocar em discussão o Plano Estadual de Educação, e eu diz que tem que mudar sensivelmente o rumo da educação do Estado, porque esta educação que está aí não é a que nós queremos, que a sociedade precisa ser chamada para discutir, a categoria precisa ser chamada para discutir, e nós vamos discutir esse Plano Estadual de Educação, o Presidente já tomou essa decisão, em todos os pólos do Estado para fazer um Plano Estadual de Educação realmente com a participação de todo o segmento, de toda sociedade...

O Sr. Humberto Bosaipo - Concede-me um aparte, Deputado Riva?

O SR. RIVA - Sim.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu queria aproveitar a oportunidade, até porque eu vou dirigir a entrega do Certificado de Responsabilidade Social agora no plenário, é o questionamento a Vossa Excelência sobre a sua emenda da UNEMAT.

Nós, de comum acordo, discutimos essa emenda. Aprovamos 2,0. Já foi aprovada, em primeira discussão. Nós estamos no apagar das luzes do ano legislativo, eu gostaria de saber de Vossa Excelência se essa sua proposta nós já vamos avaliar agora, a partir de manhã, porque nós teríamos que votar novamente em primeira discussão a sua emenda dentro dos parâmetros que Vossa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Excelência me explicou aqui, que acaba de falar para a platéia, se Vossa Excelência vai realinhar essa emenda a partir de amanhã?

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte do Deputado Humberto Bosaipo.

Sem dúvida. Sr. Presidente, nós precisamos de um orçamento para a UNEMAT, no mínimo, 77 milhões. Isso dá 1,8 da receita corrente líquida.

A minha proposta é que nós fixemos ao repasse da UNEMAT 1,8 da receita corrente líquida para 2007 e que ele vá crescente, para 2008, 1,9; 2009, 2,0; 2010, 2,2 e 2011, 2,5, para a UNEMAT fazer um planejamento para crescer. Nós precisamos fazer com que a UNEMAT cresça e atenda, Sr. Presidente. É lógico que não vai atender todas as demandas, mas que ela continue sendo uma instituição de ensino importante como é hoje e que possa planejar o seu crescimento, não ter mais aquela preocupação: Como que nós vamos implantar cursos aqui se não temos a garantia do recurso? Se toda vez de aprovar o Orçamento vai ser uma batalha. Vai ter que ficar brigando pelos recursos. Vamos dar segurança à UNEMAT para ela se planejar e poder crescer dentro das condições que nós vamos propor através da Emenda Constitucional. É um pleito justo. Vossa Excelência conversou agora há pouco com o Prof. Taisir, sugerindo juntamente conosco essa idéia. E eu quero propor aqui ao Secretário de Estado de Planejamento, Yênes Magalhães, que peça uma Audiência ao Governador do Estado...

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputado, só mais um minuto...

Nós teríamos que envolver o Líder do Governo, Deputado Mauro Savi, para que nós pudéssemos conversar com o Governo, não só com o Planejamento, mas com o Governador, porque a proposta do Deputado Riva é uma proposta facilitadora. Da forma com que a Emenda ia sendo aprovada possivelmente o Governo ia achar ruim, mas uma vez aprovada, aprovada. E a forma com que o Deputado Riva está propondo, de acordo com o que nós conversamos com o Reitor Taisir, eu acho que é uma proposta melhor para o Governo, é uma proposta parcelada, não dá o estrangulamento da UNEMAT, que a nossa preocupação é exatamente com o estrangulamento da UNEMAT. Até porque tem um pleito de se instalar a UNEMAT também na grande Cuiabá. Então, essa...

(OS ALUNOS DA UNEMAT MANIFESTAM-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O Sr. Humberto Bosaipo - Vocês não querem?

(OS ALUNOS DA UNEMAT RESPONDEM QUE NÃO.)

O Sr. Humberto Bosaipo - Então, nós vamos ter que diminuir o recurso mesmo, porque nós queríamos aumentar o recurso para isso...

Então, de forma que nós não podemos segurar o anseio da classe pobre também da Capital, da grande Cuiabá. A UNEMAT avançou! Se ela cresceu é exatamente, porque ela avançou, investiu também nos professores, no mestrado, no doutorado, nos cursos de especialização. Mas, não podemos colocar a UNEMAT sectária numa região só, porque vocês sabem do problema que tem aqui. Daqui a pouco nós não conseguimos aprovar nada para a UNEMAT por ela ser uma universidade regionalizada. Nós estamos com um problema lá em Luciara - o Taisir sabe - é um problema sério, que há dois anos vem se alastrando, tem o problema de Nova Xavantina e nós não queremos que a UNEMAT seja a UNEMAT apenas regionalizada, porque aí vocês vão enfraquecer. Estrategicamente e politicamente é importante que ela se fortaleça como um todo, até para fortalecer mais a região de Cáceres.

Portanto, Deputado, eu acho que o Deputado Mauro Savi tem que entrar nesta parada, marcar essa audiência porque nós temos muito menos de quinze dias tempo para aprovar esta matéria.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Eu peço licença ao nobre Deputado Zeca D'Ávila, nós vamos presidir a Sessão de entrega do Título de Responsabilidade Social das Empresas, no plenário. É um projeto do Deputados Riva, Eliene e eu. Portanto, eu estou aberta na Comissão de Educação. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Eu agradeço o nobre Deputado Humberto Bosaipo que sempre foi um Deputado muito acessível a discussão, principalmente, a respeito da educação.

Eu estarei com Vossa Excelência daqui a pouco, junto com o Deputado Eliene, mas eu vou encerrar aqui...

O Sr. Mauro Savi - Vossa Excelência me concede um aparte:

O SR. RIVA - Eu pedindo ao Secretário de Planejamento e ao Deputado Mauro Savi, Líder do Governo, o agendamento de uma audiência com o Governador. Eu proponho que além do Magnífico Reitor, Professor Taicir, se forme uma comissão de acadêmicos para estar junto...(PALMAS E OVAÇÃO).

Formem uma comissão além da Reitoria, alguns acadêmicos para nos acompanhar nessa audiência, Deputado Mauro Savi, que eu acho extremamente importante porque nós não queremos enfiar goela abaixo nenhum projeto. O que nós queremos é ter uma UNEMAT forte, é preciso nós acordarmos, em definitivo, para parar com essa hipocrisia e dizer que não tem recurso para a educação. Pode deixar as estradas sem arrumar, vamos arrumar os atoleiros e passar de qualquer jeito, pode deixar qualquer outro setor, mas se não investir na educação, nós vamos ser sempre atrasados...(PALMAS).

Países que saíram de situação difícil, por exemplo, a Alemanha, chegou a investir mais de 50% do seu recurso na educação. Olha a potencia que é! Coréia do Sul, Japão, são países que saíram de momentos delicados, cresceram graças ao investimento na educação.

Então, eu quero, Deputado Mauro Savi, Vossa Excelência solicitou um aparte e eu concedo, para Vossa Excelência se posicionar sobre isso.

O Sr. Mauro Savi - Nobre Deputado Riva, Presidente desta Comissão, no caso dessa emenda progressiva, Vossa Excelência reitoria a outra?

O SR. RIVA - Não, nós fazemos uma emenda nessa porque, na verdade, se entrar com nova emenda constitucional não vai o tempo de tramitação. Nós faríamos de acordo com o colegiado uma emenda nessa emenda constitucional mudando os 2,5 para passar a ser progressivamente de 1,8 para 2007, até chegar ao 2,5 lá em 2010, 2011. Eu pretendia 2010, porque aí a UNEMAT poderia se planejar nesse período.

O Sr. Mauro Savi - Então, marcaremos com o Governador, a Comissão e o Magnífico reitor, e a Comissão de Educação desta Casa eu acho que é importante...

O SR. RIVA - Sim.

O SR. MAURO SAVI - Está combinado.

O SR. RIVA - Deputado Humberto Bosaipo e os outros Deputados. Muito obrigado, Deputado Mauro Savi.

Concedo aparte a Deputada Verinha Araújo.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Boa-tarde!

Eu quero cumprimentar todos os Deputados presentes, cidadãos e cidadãs, os nossos acadêmicos da UNEMAT e professores.

Deputado, eu quero pedir um aparte a Vossa Excelência porque como nós tínhamos nos comprometido que ir até Cáceres para fazer audiência sobre o orçamento e um dos pontos era justamente a questão do orçamento da UNEMAT e está ocorrendo hoje esse debate aqui na sede do Poder Legislativo, com a presença dos acadêmicos e dos professores, eu quero colocar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

para Vossa Excelência que quando fizemos audiência aqui para discutir a situação da UNEMAT, onde participaram vários Deputados, ficou inclusive designada uma Comissão para ir ao Governador, para ir aos Secretários de Governo para resolver alguns problemas pendentes ainda, não sei se já foram resolvidos, talvez depois os professores se coloquem se há alguma perspectiva de pagamento do salário dos professores contratos da UNEMAT que não tinha sido resolvido até sexta-feira passada.

Então, tinha esse problema, e outra era a questão da UNEMAT, a situação dela toda, presente, futuro e orçamento. Então, nós estivemos lá durante duas vezes na Secretaria de Governo, com a Secretaria da Casa Civil e só compareceram eu, Deputado Ságua e o Deputado Zé Carlos do Pátio, o reitor não compareceu, foi convidado a vir, não compareceu. Porque nós queríamos discutir justamente essa questão do orçamento antes de vir para esta Casa. E nós já fizemos uma reunião de todos os Deputados onde Vossa Excelência é aliando nessa questão de ampliação dos valores, e o senhor viu aí são sessenta e um milhões, o senhor está falando em setenta e sete, mas eu vejo e tenho muita preocupação de ficar dependendo dessa emenda.

Eu gostaria que nós saíssemos daqui hoje com uma situação concreta que é de onde que vamos transferir dez milhões de reais... (PALMAS)... do orçamento. O Deputado tem uma emenda que amplia, é uma emenda que inclusive melhora a questão de repasse para UNEMAT, porque hoje dependemos só de ICMS, a emenda dele é ampliar, inclusive de outros recursos, não só ICMS. Mas eu fico preocupada, Deputado, porque temos praticamente duas semanas para votar o orçamento e vai que essa questão não avança e o senhor sabe disso, que, se nós votarmos o orçamento com sessenta e um milhões, nós vamos inviabilizar a UNEMAT. Vamos inviabilizar, não adianta nem ampliar, a situação dela é hoje concreta.

Então, é isso que eu quero colocar para Vossa Excelência, porque a minha preocupação... Tiramos aqui uma Comissão de Deputado, Governador com Líder de Governo e isso não avança, não acontece. Vota-se o Orçamento de sessenta e um milhões e a UNEMAT está inviabilizada.

Então, eu gostaria que o compromisso que tiramos aqui hoje fosse cumprido por todos os Parlamentares. Inclusive, com a presença do Reitor, que já foi convidado por duas vezes para estar aqui e não compareceu. Obrigada (PALMAS).

O SR. RIVA - Antes de mais nada, Deputada Verinha Araújo, eu quero agradecer o aparte.

Eu quero dizer o seguinte: Primeiramente, é lógico que, a partir do momento que colocamos o Orçamento em discussão, e o Estado manda o Orçamento para a Assembléia Legislativa, ele não está pronto e acabado. A Assembléia Legislativa, aliás, pode legislar em matéria financeira em três momentos: Na apresentação do PPA, que é um plano de investimento a longo prazo; na apresentação da LDO e na apresentação do Orçamento. Então, nesses momentos a Assembléia Legislativa pode se posicionar. Agora, não adianta resolver o problema da UNEMAT apenas no Orçamento. E depois? Daí para frente? Como nós vamos fazer em 2008, em 2009? Nós vamos voltar aqui e fazer esse mesmo embate? Vamos resolver através de Emenda Constitucional porque tem força, o Governo tem que cumprir.

A minha posição é de se votar a Emenda Constitucional. Logicamente, fazendo essa conversa com o Governo, através do Líder do Governo, do Secretário de Estado de Planejamento. Nós precisamos discutir e resolver a situação da UNEMAT não somente para o ano de 2007, mas para 2008, para 2009, para 2010, para frente. Aí a UNEMAT vai se planejar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Eu só quero dizer que o Professor Taisir deixou de comparecer aqui até por... Eu sugeri ao Professor Taisir que não tinha orçamento para discutir. Nós não tínhamos o Orçamento para discutir. Essa é a verdade...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO INTERROMPE O ORADOR.)

O SR. RIVA - Deputada, se a própria Assembléia e o Judiciário não discutiram o Orçamento! O Orçamento chegou aqui na sexta-feira. A equipe do Governo estava elaborando o Orçamento. Aqui é o local de discussão do Orçamento. Este é o fórum ideal para se discutir o Orçamento. Não tem outro. Esta Casa tem obrigação com a educação. Eu não acredito que seremos irresponsáveis de não revermos o orçamento da UNEMAT. O próprio Governador Blairo Maggi tem interesse na UNEMAT (RISOS DA PLATÉIA) e sabe que vai ter - vocês podem rir à vontade, mas é verdade - que rever o Orçamento. Mas não é. O papel do Poder Legislativo é esse, gente! Este é o Poder que discute com a sociedade. O Governo não manda nenhum Projeto pronto e acabado para cá. Se a Assembléia Legislativa não pudesse mudar o Orçamento vocês não estariam aqui. A Assembléia Legislativa pode e deve mudar o Orçamento quando se fazem necessárias as mudanças. Vocês podem estar cientes de que com essa Audiência com o Governador vocês terão oportunidade de conversar.

Eu quero, também, pedir para vocês reverem uma posição. Quando nós falamos aqui da UNEMAT para Cuiabá muita gente falou o seguinte: Vão tirar a Reitoria de Cáceres.

Eu quero dizer o seguinte: A consolidação da UNEMAT - eu não tenho dúvida nenhuma, vocês repensem isso - passa pela chegada dela em Cuiabá.

Vocês já imaginaram querer acabar com UNEMAT, fazer um movimento em Cuiabá, envolver Cuiabá?

Gente, é importante a UNEMAT chegar aqui, mas não vamos tirar a Reitoria de Cáceres.

Cáceres vai continuar com a reitoria, mas a UNEMAT tem que vir para a Baixada, pela sua consolidação.

Eu quero que vocês repensem, porque nós não somos donos da UNEMAT, temos que colocar essa discussão. Eu gostaria de estabelecer essa discussão com vocês, com os demais acadêmicos, com os profissionais que, aliás, diga-se de passagem, competentes profissionais que a UNEMAT tem, vamos ampliar essa discussão, vamos ampliar, ela não pode ficar aqui. Mas não adianta radicalizarmos: Não, a UNEMAT não pode vir para Cuiabá. Tem que vir. A consolidação dela, no meu ponto de vista, passa pela chegada dela em Cuiabá.

O dia que nós tivermos um campus aqui em Cuiabá, qualquer direito que o Governador quiser mexer da UNEMAT, vocês vão ver o poder de mobilização.

Então, eu acho muito importante ela vir para cá. Agora, é uma questão que vai ser discutida, ainda não está pronta e acabada também. Então, é muito importante.

Olha, Sr. Presidente, eu vejo que o Estado fez um orçamento adequado a sua realidade, com alguns pontos que têm que ser mexidos, não tenha dúvida.

Vocês podem estar certos: a UNEMAT não vai ter as suas atividades prejudicadas por falta de orçamento. Não vai. Não vai porque a Assembléia vai conversar com o Governador, e eu tenho certeza que ele terá a sensibilidade de alterar o orçamento para atender as necessidades da UNEMAT.

Segundo ponto, eu acho que esse orçamento, Sr. Secretário, já disse aqui: não teria como o Estado fazer diferente em outros setores. Mas, na Educação, eu peço que Vossa Excelência,



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

junto com a sua equipe, reanalise a questão do orçamento da UNEMAT, porque nós temos que adequá-lo pelo menos aos 77 milhões que a UNEMAT vai precisar.

Outro ponto, é a questão da evasão do ICMS que eu pedi aqui. Eu queria que o Estado revisse isso.

Nós temos que analisar o que está acontecendo, especialmente com esse segmento que eu disse aqui, Deputado Carlos Brito, com a produção de grãos.

Eu tenho denúncia de que tem muitos produtores exportando produção e a produção não sai do Brasil. A produção está sendo industrializada no próprio país, mas ela sai como exportação.

É preciso reanalisar isso, porque de repente você está cercando a barreira, está pressionando o pequeno comerciante, mas está vazando a receita maior por outro lado. Esse ponto tem que ser revisto.

Então, gente, eu quero aqui pelo menos transmitir alguma tranqüilidade a vocês. É importante essa discussão. Nós não podemos abrir mão da participação de vocês nesta audiência, é muito importante e eu não acredito que a UNEMAT não terá orçamento suficiente para funcionar bem no ano que vem, só se esta Casa for irresponsável e não vai ser.

Podem contar conosco (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria de anunciar a presença do Deputado Carlos Brito e convidá-lo para fazer parte da mesa.

Anuncio, com satisfação, a presença do Deputado eleito Chico Galindo. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra a Deputada Verinha Araújo, que já usou da palavra.

Com a palavra o Deputado Clovis Roberto.

O SR. CLÓVIS ROBERTO - Eu gostaria apenas de colocar, principalmente para a comunidade da UNEMAT, que o pensamento desta Casa, e eu vejo e converso com todos os 23 Srs. Parlamentares, é o melhor possível para uma saída definitiva para a questão da UNEMAT e essa proposta do Deputado Riva é uma proposta coerente, pé no chão, que tem todo o nosso apoio, todo o nosso respaldo, porque ele quer, de uma vez por todas, que se resolva e que a UNEMAT não continue sendo tratada da maneira como vem sendo tratada, ou seja, todo ano a mesma briga. Isso precisa acabar.

A melhor coisa que existe é sabermos com o que podemos contar em termos de futuro.

Com o que podemos contar? É com isso? Então, vamos trabalhar dentro disso. Se quiser mais isso tem que aumentar mais tanto. Quer dizer, você sabe muito bem que tudo tem um custo e educação não é custo, é investimento - eu sei - e é preciso que vocês tenham certeza de que as palavras transmitidas pelo Deputado Riva e pelos demais parlamentares aqui, pela Deputada Verinha Araújo, são da maior coerência no sentido de encontrar realmente uma solução definitiva e que vocês não tenham mais problemas de sobressalto, como têm tido atualmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Indago dos Deputados Carlos Brito e João Malheiros se querem fazer uso da palavra.

Não havendo mais Deputados inscritos, inscrito para fazer uso da palavra o Sr. João Leão, UNEMAT, Tangará da Serra. Perdão, a resposta foi que o senhor foi solicitado pelo Sr. Deputado Eliene.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Bom. Eu vou tentar responder os questionamentos do Deputado Eliene, do Deputado Riva e o aparte que foi feito também durante a palavra do Deputado Riva.

Hoje, o orçamento do Estado não é feito a partir do dia 1º de outubro.

O orçamento do Estado é elaborado a partir da elaboração do seu PPA. E o Governo do Estado escutou todas as regiões do Estado para elaborar o seu PPA 2004/2007, 2003 foi o ano de elaboração, por isso, que nós falamos 2003.

Mas, em 2003, nós escutamos todas as regiões. E anualmente o planejamento é construído a partir da LDO. O sistema de construção do planejamento, hoje, não nos permite mais discutir o planejamento quando se entrega o orçamento na Assembléia Legislativa.

O sistema de orçamento que é feito no Brasil, hoje, é feito sobre a forma de programa. E da forma de trabalhar com o programa a construção dele se dá desde a entrega da LOA até a entrega do orçamento. É difícil fazer qualquer emenda e modificação no orçamento a partir do instante que ele entra. Então, eu já tinha tido isso ainda na Casa velha, na antiga Casa da Assembléia Legislativa, onde nós temos que mudar os nossos conceitos de modificar o orçamento. A construção do orçamento é que tem que ser feita desde o seu início. Eu gostaria de mostrar com exemplos bastantes simples que eu tenho feito nas universidades quando nós temos feito palestras como se procede o orçamento, hoje, da forma de programa.

Então, o programa nós identificamos um problema na sociedade e daí nós elaboramos um programa para combater esse problema. Ele é construído durante o período que vai da elaboração da LDO até a LOA. Neste período, eu tenho como modificá-lo, depois fica muito difícil.

E nós citamos exemplo muito fácil de entender que se refere ao seguinte: Vamos supor que uma região do Estado não tivesse televisão e que a prioridade do problema naquela região fosse falta de televisores, e o Governo do Estado resolvesse fazer então um programa para atender aquela região. Ele elaboraria um programa para construir mil televisores para atender aquela região. Então, eu iria construir 1.000 televisores para atender aquela região. Então, eu ia construir o meu programa e ele teria vários projetos.

Então, um projeto seria construir as caixas do televisor, outro, equipamento eletrônico, outro, o controle remoto. Então, é como se fosse isso os meus projetos. Aí, eu mando esse projeto aqui para a Assembléia Legislativa. Aí, o Deputado fala assim: “Olha, eu vou pegar esse recurso que está aqui em um dos projetos das televisões e vou remanejar esse recurso para atender um outro projeto”, construir uma estrada, por exemplo. E ele pega esse recurso daquele projeto que vai construir o botão liga/desliga da televisão, aquele botãozinho simples. Aí desse recurso ele tira o equivalente a 250 unidades do botão liga/desliga. Chegou no final do meu programa, eu construí 1.000 televisores e só vou poder entregar para a sociedade 750, e 250 vai ficar aguardando eu arrumar recurso para fazer o botão liga/desliga.

Hoje, o Orçamento do Estado, queria dizer para o Deputado Eliene, ele se constrói através do programa ao longo do período. Nós não podemos mais esperar que ele chegue no dia 1º de outubro, para que possamos construir o Orçamento. Esse convite já foi feito a esta Casa e nós colocamos a equipe totalmente à disposição. E, dizemos que o Orçamento do Estado começa a ser feito no PPA, nas Audiências Públicas do PPA, acompanhado periodicamente nas elaborações da LDO e no período que vai da LDO até a LOA para que possamos construir os programas e os valores que precisamos nos seus programas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Então, eu espero que nós não possamos ficar aguardando o Orçamento ser entregue na Assembléia para a sua construção.

Em segundo lugar, a questão do ICMS, a queda brusca do ICMS está sendo comparada com o ano anterior, com o orçado no ano anterior, não com o realizado no ano anterior. Quando eu falo ano anterior, eu estou falando 2006, que nós estamos vivendo hoje, porque o Orçamento que nós estamos projetando é 2007.

A projeção da LOA para 2007 é na faixa de três bilhões de reais da receita de ICMS do Estado. A receita de realização este ano deve chegar em torno dos três bilhões de reais. Então, não existe nenhuma incoerência na queda da receita do ICMS. Concordo com o Deputado que possa estar havendo alguma discrepância em termos do que tange à arrecadação. Vai ser um assunto específico em que nós vamos tratar com a Secretaria de Fazenda, embora nós entendemos que a Secretaria de Fazenda tem nos demonstrado em todas as suas apresentações, porque quando calculamos esses valores do Orçamento é feito reuniões conjuntas, e eles têm nos mostrado a efetividade dos seus trabalhos.

Então, eu vou levar o questionamento do Deputado Riva à Secretaria de Fazenda, mas posso adiantar que toda equipe tem trabalhado de forma mais séria possível para que tenhamos a arrecadação efetiva e justa. Lógico que nem tudo que nós pensamos em realizar é realizado. Mas, eu levarei essa mensagem da preocupação do Deputado Riva.

Quanto à questão da UNEMAT, de mudar para 1,8 o valor da receita corrente líquida, quando ela tem participação de interceder, IPVA, ICMS já vinculado pela própria lei, é uma definição do Deputado Riva com a equipe, é o direito que a Assembléia Legislativa tem, mas também nós temos que lembrar que ao mesmo tempo em que se aumenta tem que se apresentar de onde vamos tirar os recursos. Os recursos são esses que estão aí. Nós não vamos arrecadar mais nem menos. Então, também tem que indicar para que nós possamos tomar, fazer qualquer estudo, a orientação de onde possa sair, tirar esses recursos.

Então, o montante, neste momento, a proposta que o Deputado Riva está fazendo de 1,8 da receita corrente líquida, representa um total de setenta e sete milhões duzentos e quarenta e três seiscientos e vinte e dois. O que dá um acréscimo, um diferencial, ou seja, no orçamento que eu acabei de apresentar, eu teria um valor negativo, neste momento, de quinze milhões seiscientos e oitenta e oito cento e trinta e seis. Então, ao mesmo tempo em que apresentamos a lei, nós temos que ver de onde vamos ter que tirar, porque vivemos sobre o equilíbrio fiscal. Isso é comprometimento, é Lei de Responsabilidade Fiscal 101, que todo mundo deve conhecer e nós não podemos fazer orçamento negativo. Então, nosso orçamento tem que ser equilibrado. Da mesma forma que viemos apresentando a proposta do acréscimo, nós temos que identificar de onde vamos tirar, que é a praxe.

Ainda sobre a questão da UNEMAT, especificamente, volto a dizer que o orçamento reflete exatamente o que está na lei, aquilo que foi aprovado nesta Casa e aquilo que compete, efetivamente, a esta Casa. Nós, efetivamente, tivemos várias reuniões com as equipes que representam não o corpo docente, mas que representam efetivamente o corpo de funcionários, alguns alunos e já expusemos a parte técnica, aquilo tudo que a SEPLAN poderia mostrar. A Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Administração, nós, em conjunto, fizemos essa demonstração por três vezes já.

Inclusive, duas delas acompanhadas pela Deputada Verinha Araújo. A Deputada esteve conosco na Secretaria de Planejamento, uma na Casa Civil, onde mostramos o nosso limite de trabalho que é constitucional. Não cabe à Secretaria de Planejamento nem à Secretaria de Fazenda modificar o orçamento sem que haja um documento, ou uma avaliação, ou orientação que nos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

permita fazer isso. Então, efetivamente, nós não podemos fazer nada mais do que aquilo que está dentro da parte técnica.

Por outro lado, eu gostaria de dizer também que a queda do ICMS é que tem provocado esses trabalhos. Nós acreditamos e temos perspectivas de que, gradativamente, esses valores serão retomados. A reação do mercado de futuro tem nos mostrado que a partir de metade de 2007 e início de 2008 vai apresentar também uma recuperação.

Então, eu acho que nós poderíamos levar nessa consideração, esse trabalho que está sendo feito pelo Deputado Riva e a equipe da área econômica junto com a equipe da educação, o estudo para que seja dimensionado o crescimento proporcional, para também não se dar àquilo que talvez, não tirar de alguém aquilo que não seja justo. Todos os setores da sociedade também têm os seus questionamentos e as suas reivindicações. Nós poderíamos colocar o fator da melhoria da arrecadação nessa pauta da discussão. Porque ela só tornou necessária a partir deste ano, quando houve a queda do ICMS. Se nós tivéssemos mantido a arrecadação do ICMS no mesmo crescimento que vínhamos anteriormente, na faixa de dez por cento, com certeza, não teríamos hoje o questionamento da UNEMAT. Porque os valores seriam mais do que o suficiente para sua manutenção. O que houve, efetivamente, foi uma redução muito grande. Nós saímos de uma arrecadação de ICMS de três bilhões e oitocentos milhões para três milhões. Uma queda de oitocentos milhões que representa praticamente quase que vinte e cinco por cento do valor da arrecadação que nós tínhamos.

Então, nesse sentido, eu quero deixar essa resposta para o Deputado Eliene, que não está presente mais, como também ao Deputado Riva e o Deputado Clóvis Roberto e a Deputada Verinha Araújo, que fizeram aparte, e ao Deputado Humberto Bosaipo que aproveitaram da palavra do Deputado Riva. Eu gostaria só de dizer para eles que não é nossa preocupação e, de maneira nenhuma, temos certeza, de que não é preocupação do Governo do Estado prejudicar qualquer órgão que compõe e que faz o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Então, abrimos à palavra e concedemos a mesma ao Sr. José Leão, de Tangará da Serra.

O SR. JOSÉ LEÃO - Boa-tarde a todos e a todas aqui presentes; galera da UNEMAT, acadêmicos, professores, nós nos deslocamos de lá pela quinta vez, na minha conta.

Nos dias 18 e 19 de setembro, estivemos aqui para conversar com Secretários. Conversamos com o Arnaldo, no dia 18; no dia 19 conversamos com o Secretário Yênes Magalhães; no dia 25, conversamos com o Governador; no dia 08 de novembro viemos aqui na Audiência Pública conversar também sobre o orçamento da UNEMAT. E hoje estamos aqui novamente cansados. Já que Vossas Excelências são representações do povo, estamos cansados de pedir essa representação. Porque uma universidade onde estão alocados em todos os pontos deste Estado, onde traz avanços de desenvolvimento social deste povo e esse descaso que está tendo com essa universidade, com o papel dessa universidade, acreditamos que essa representação não está sendo responsável por quem votamos.

Não sei se muitos conhecem os Deputados, afinal de contas, galera, são 24 Deputados e aqui nós vimos poucos representantes, mas não sei se todos conhecem, mas a situação da universidade, hoje, é crítica, da UNEMAT.

Uma universidade só é reconhecida pela insociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão que ela traz para a melhoria da sociedade e do povo. E, hoje, nós mal estamos tendo o ensino dentro da universidade. Como a colega falou, não está tendo aula.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Nós não estamos, Srs. Deputados, lutando por algo aqui que fala: Vocês estão brigando por alguma coisa a mais. Vocês não merecem isso. Vocês estão querendo isso.” Isso aqui nós estamos apenas brigando por nossos direitos. Na Constituição de 1998 traz: “Ensino superior de qualidade”. (PALMAS).

Estamos todos cansados. Mas vamos garantir mais uma vez. Se isso aqui, se não sairmos daqui com uma resposta concreta de que nós vamos mudar essa situação, que vamos conseguir melhorar essa universidade, nós vamos estar batendo todo dia, porque isso aqui é a melhoria que vamos trazer para o povo mato-grossense, não apenas para os acadêmicos, professores e funcionários. Isso aqui é melhoria para o povo, melhoria para a Nação. Já que Vossas Excelências utilizam do jargão, do clichê a juventude é o futuro da Nação, fazemo-nos ser. Vamos ser futuros da Nação. Nós estamos lutando por isso. Já que somos o futuro deste País, nós já estamos lutando por isso. (PALMAS). (MANIFESTAÇÃO DOS ALUNOS DA UNEMAT).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Marinês da Rosa, professora da UNEMAT.

A SR<sup>a</sup> MARINÊS DA ROSA - Boa-tarde a todos! Cumprimento os Srs. Deputados na pessoa da Deputada Verinha Araújo.

E, buscar um pouco do que o Leão já falou. A gente veio aqui já pela quinta vez, é a quinta reunião que nos encontramos discutindo essa questão do Orçamento - para a UNEMAT - de 2007.

O que a gente quer é qualidade no ensino! Nada mais do que isso! E aí quando se coloca essa proposta da expansão que, inclusive, foi promessa de campanha do Governo para a Baixada Cuibana, a gente quer dizer que a gente não é contra, mas a prioridade é a estrutura dos cursos que já existem (PALMAS).

Na outra oportunidade, na outra Audiência, nós já fizemos o convite até para os Srs. Deputados, para conhecer as condições de alguns campi da UNEMAT que, de fato, não tem condições de oferecer um curso de qualidade. E aí, vamos reiterar o convite. Vamos até Tangará da Serra, Barra do Bugres, Cáceres, Nova Xavantina e aí a gente vai vendo as condições que a gente tem.

Eu não sou professora de Administração, não tenho nenhum conhecimento administrativo. Eu sou professora de Sociologia, mas no mínimo a gente imagina que essas coisas todas devem ser pensadas, a questão do Orçamento tem que ser refletida. Agora vamos abrir mais um campus - que é a proposta aí, em Cuiabá ou na Baixada Cuiabana, e deixar os outros abandonados? É essa a preocupação com a qualidade. E eu gostaria de estar me colocando, até representando os professores de Tangará da Serra no sentido de que, nós temos trabalhado junto com os acadêmicos pensando numa forma de buscar condições para essa universidade que a gente gosta tanto, que a gente vai todo dia com maior prazer para estar trabalhando. E aí nós gostaríamos de estar firmando uma parceria com os senhores, uma parceria com a Reitoria... Prof. Taisir, somos parceiros nesse sentido. O propósito é o mesmo, é uma Universidade de Mato Grosso com ensino extensão de qualidade. O discurso não pode ser outro! É esse! E o momento também é esse. Então, para nós termos, de fato, essa universidade que todos pretendemos atingir, precisamos com urgência, por favor, rever essa questão do Orçamento (PALMAS).

Em função disso, eu gostaria de estar entregando um abaixo assinado aqui que nós organizamos em forma de manifesto, na última segunda-feira, em Tangará da Serra, não só no Campus de Tangará, mas fomos até a comunidade em geral, socializando, informando também a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

sociedade de Tangará, no caso, porque a sociedade, a comunidade em geral precisa ficar sabendo o que está acontecendo.

Aí, eu gostaria de estar passando às mãos da Deputada Verinha Araújo este abaixo assinado. Nós colocamos na pastinha lilás, que é a cor da serenidade, da tranqüilidade, para ser lembrado com um certo carinho. Muito obrigada (PALMAS).

(A ORADORA PROCEDE À ENTREGA DO DOCUMENTO À DEPUTADA VERINHA ARAÚJO - PALMAS.)

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Eu vou receber e repassar aqui para o Presidente da Sessão, que vai assumir a Presidência da Assembléia Legislativa e transferir para ele também essa responsabilidade, que é conjunto de todos os colegas que estão na mesa. Está bom?

Nós estamos traçando essa causa, esperando ser vitoriosos, ampliando esse orçamento da UNEMAT mesmo, porque é o desejo diante da realidade. No ano passado, foram sessenta e set milhões executados!

Vocês vejam que nós estamos em 2006, não sabemos ainda quanto vai executar em 2006 e se planeja para 2007, sessenta e um!

Então, eu faço uma continha, colegas Deputados, assim, de que são quinze milhões a menos de recursos na UNEMAT que já está com uma série de problemas. Então, vamos assumir coletivamente. Vou repassar ao Presidente da nossa Sessão. Muito obrigada (PALMAS).

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO PROCEDE À ENTREGA DO DOCUMENTO AO DEPUTADO ZECA D'ÁVILA - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigada, Deputada Verinha Araújo.

Eu tenho uma convicção plena que a Casa é imbuída do melhor propósito no que diz respeito a educação. Então, às vezes, a emoção traz alguma coisa que preocupa também. Estou vendo faixa ali: "Chega de grão, queremos educação." Sem o grão não tem ICM também, não tendo ICM não tem dinheiro! Não tendo dinheiro, não tem orçamento. Não tendo orçamento, não vai ter educação.

Eu acho que o grão e a educação e tudo o mais é importante, todos nós precisamos e, acima de tudo, alimentar. Então, eu acho que o intuito, que a intenção da faixa não é a pior, mas eu gostaria só de relembrar que de produção nós precisamos também, porque senão não vamos gerar riqueza de forma alguma para atender... Exatamente! O Deputado Clóvis Roberto está lembrando ali que saco vazio não para em pé, e é uma verdade.

Com a palavra, o Sr. Raimundo França, professor da UNEMAT.

O SR. RAIMUNDO FRANÇA - Boa-tarde pessoal. Na realidade, eu gostaria de fazer uma ressalva à fala do Deputado. Na realidade, quando nós vemos uma proposta orçamentária, a emenda constitucional propondo esse orçamento progressivo, nós queremos justamente reverter esse processo. Porque, sinceramente, é uma aberração o orçamento da UNEMAT estar vinculado ao mercado, ao ICMS. O que nós queremos é uma mudança de prioridade no que se refere à educação. A partir do momento que você tem o orçamento líquido e certo, não baseado no mercado... Não que nós sejamos contra o mercado, pelo contrário, para que se tenham grãos é evidente que vai precisar de investimento também, vai ser preciso pesquisa para melhorar a qualidade desse grão e pensar um pouco na idéia de desenvolvimento. E como nós vamos pensar nisso? A partir do momento que nós tivermos condições, de fato, de ter prioridade no que se refere à questão da educação.

Nós vimos nas audiências públicas em que estivemos que tem havido sensibilidade por parte dos Deputados quanto a essa mudança em relação ao Orçamento. Agora, nós

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

realmente propomos que essa emenda seja a partir dessa proposta de se ter um Orçamento progressivo, porque não é que nós sejamos contra a universidade na baixada cuiabana, pelo contrário, a UNEMAT deveria estar em todas as regiões de Mato Grosso, com certeza! Agora, vejam: nós temos um Orçamento que foi pensamento, aliás, um Plano Plurianual que foi pensado de 2004/2007 que é incompatível. Não é que não tenha existido esse planejamento, houve o planejamento, mas, vejam vocês, tem uma serie de contingenciamento ao longo desses anos. E aí a UNEMAT fica impossibilitada de se pensar para o futuro. E como que nós vamos pensar para o futuro se nós não temos isso definido? Nós cobramos e sabemos que este é o momento correto, porque, se estamos aqui na comissão de orçamento para discutir isso, é porque nós estamos pensando que a UNEMAT tem futuro. E a partir do momento que tem a sensibilidade por parte de vocês, por parte da comunidade acadêmica e, aliás, acho que a reivindicação de vocês da UNEMAT para a baixada cuiabana para este ano é extremamente estratégica, a UNEMAT deveria, inclusive, do ponto de vista administrativo, estar em Cuiabá. Porque isso viabilizaria uma série de questões, facilitaria imensamente inclusive a comunicação da reitoria com o Governo do Estado, com a Assembléia Legislativa, e assim sucessivamente.

Não podemos pensar a UNEMAT de forma faccional. A UNEMAT é do Estado de Mato Grosso. Não interessa se ela está em Cuiabá, em Tangará da Serra, e assim sucessivamente.

Agora vejam o seguinte: Nós não podemos é continuar como estamos, gente, sem ter capacidade de pensar UNEMAT. E aí, nobres Deputados, vejam a contradição.

Se não fizermos isso agora, vejam, a partir do ano de 2006, a universidade, até uma ação extremamente positiva da reitoria, do Governo do Estado e do sindicato também, com o concurso público você investe literalmente o quadro de docentes que nós tínhamos na universidade. Nós temos uma demanda de mestres e doutores que vieram qualificar ainda mais a UNEMAT como um todo. Só que como nós vamos garantir a presença desses mestres e doutores a possibilidade de criação de mestrado, de doutorado, de mais curso de especialização se não dermos condições para que essas pessoas façam pesquisa, ensino e extensão.

É evidente que a UNEMAT surgiu muito tendo como base o ensino, e o ensino é vital. Mas veja, aqui eu incorporo a fala de uma série de Deputados que já colocaram aqui: Como vamos pensar em ser um Estado grande se não temos condições de investir em pesquisa e extensão? Nós inclusive deixamos de ser universidade se não fizermos isso. Nós viramos um centro de ensino superior, e é isso que não queremos. Por quê? Nós só vamos ser fortes, como é a UNICAMP, a USP e as outras universidades estaduais deste País a partir do momento em que tivermos mais sensibilidade em relação a isso. E cabe ao administrador com certeza pensar nos números, pensar na legislação. E está correto. São 4,2% e uma série de outras coisas.

Mas cabe a nós, gente, e principalmente a Vossas Excelências no momento de negociação do ponto de vista democrático, mostrar o que é prioridade, de fato, no Estado de Mato Grosso. É essa balança que faz. Nós estamos fazendo nossa parte. Estamos saindo dos nossos municípios e estamos vindo aqui. Agora Vossas Excelências também têm que fazer esse *feedback*, pressionando o Governo neste sentido para mostrar que isso realmente deve ser uma prioridade. Vossas Excelências têm filhos, vão ter netos, e uma série de outras coisas. Vossas excelências não vão querer que os filhos de Vossas Excelências estudem numa universidade privada que mercantiliza o ensino. Vossas Excelências querem ruim ou não uma universidade pública, porque na pública o estudo é *light*, gente. Nós discutimos o mercado, mas nós discutimos também o Estado. Nós discutimos a Assembléia Legislativa, e assim sucessivamente. Então, nós só queremos isso. (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria de comunicar a ausência do Deputado Mauro Savi, que, imediatamente, após a solicitação feita pelo eminente Deputado Riva, ele já saiu à caça do Governador para fazer a reunião aqui proposta, para que amanhã ele comunique a todos para a Audiência, se for assim marcada para amanhã, para que todos possam se fazer presentes (PALMAS).

Com a palavra, o Sr. Jean, de Barra do Bugres.

O SR. JEAN - Primeiramente, boa-tarde a todos!

Eu gostaria de retomar o discurso do eminente Presidente, porque o senhor falou que sem grão não existe educação. Agora, o senhor imagine comigo, o Estado do Paraná que, em produção agrícola, produz a metade do que o Município de Sorriso produz sozinho. E como é que ele consegue manter universidades de tão grande renome até mesmo internacional? Por que é que, hoje, ele é um pólo industrial? (PALMAS). Será que a indústria que tem lá, o comércio que lá é desenvolvido, não é baseado em cima dessas universidades? Por quê? Porque ele tem extensão, ele tem pesquisa, porque ele tem um Governo que investe em cima da educação. A educação não deve se basear apenas da matéria-prima e sim no desenvolvimento dela. Nós aqui somos sementes! Estamos nos desenvolvendo! E nós precisamos do apoio de vocês para chegar no final desse ciclo, só que vocês não podem deixar com que a UNEMAT morra. O Estado é somente representado pela UNEMAT. Vocês sabem a vergonha que é a UFMT! Por que é que vocês, então, não se conscientizam um pouco e voltem um pouco mais os olhos à UNEMAT, às escolas estaduais? Por que é que vocês não produzem pessoas suficientemente capazes de fazer com que o Estado cresça aqui, sem que o Estado tenha que buscar profissionais habilitados fora? De que adianta o Estado de Mato Grosso ser o maior produtor agrícola do mundo, sendo que os profissionais para melhoramento genético de plantas, para a correção de solo, vêm de outros Estados, se formam em outras universidades? Por que é que um Estado não investe num ensino público voltado ao nosso Estado? É isso que nós precisamos! É da colaboração de vocês. A UNEMAT não consegue sobreviver com sessenta e um milhões de reais. A UNEMAT é uma criança que a cada dia está crescendo. Se hoje não estamos conseguindo sobreviver com sessenta e um milhões de reais, e o ano que vem, como é que vai ser? Se hoje nós estamos abrindo um curso novo em três *campi*, no ano que vem a perspectiva seria, pelo menos, abrir mais dez cursos novos, quiçá mais três novos *campi*. Mas, como fazer isso? Não temos dinheiro, verba, não temos o apoio financeiro do Estado. A Universidade é do Estado, é para o Estado, vocês são quem distribuem a verba.

Então, por favor, olhem um pouquinho com mais carinho pela Universidade do Estado de Mato Grosso. É isso que esperamos de vocês (PALMAS - OVAÇÃO).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu acho que já foi dito que a Casa luta por isso. Hora nenhuma, Deputado nenhum se furtou em trabalhar em prol da UNEMAT.

(O SR. DEPUTADO CARLOS BRITO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Vocês estão brigando com as pessoas erradas.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria de deixar claro, já disse, até agradeço o Deputado Carlos Brito, que eu estava com essa fala para falar, mas não falei e o Deputado falou. Na hora certa as coisas acontecem.

Como último orador inscrito, o Sr. Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Boa-tarde, Srs. Deputados; Deputado Zeca D'Ávila, que está presidindo esta Sessão; demais Deputados; Secretário Yênes; o Reitor da UNEMAT; o



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

vice-Reitor, Diretor do *Campus* de Cáceres; colegas; professores da UNEMAT aqui presentes; acadêmicos; comunidade da UNEMAT.

Como já foi dito aqui, pela quinta vez vem o interior de Mato Grosso para Cuiabá reivindicar a superação da violenta crise que vive a UNEMAT hoje. Só vou citar dois exemplos: nós saímos do *Campus* de Cáceres, na saída encostou um ônibus com os alunos de Agronomia que estavam retornando de uma tentativa frustrada em ter uma aula de campo, porque mesmo depois deles terem feito cota para pagar o ônibus, o ônibus não compareceu! Fizeram uma nova cota para pagar um segundo ônibus, mas o ônibus quebrou, e eles não tiveram aula de campo hoje. Olhem só, alunos pagando do seu bolso para terem aula de campo. Esse é um exemplo.

O segundo exemplo é que até na semana passada nós tínhamos cerca de 260 professores na UNEMAT sem receber salários desde o mês de agosto. E esse processo não foi só um processo que diz respeito à justiça eleitoral, mas diz respeito também ao corte orçamentário da universidade. E aqui eu quero dizer também o seguinte: todos nós, Secretário, que trabalhamos com economia sabemos que o Orçamento não é uma peça técnica, o Orçamento é a tradução em números de uma orientação política. Isso não fui eu que inventei. Só quem elabora que sabe. Repito, é a tradução em números de uma orientação política.

Portanto, se quer priorizar a UNEMAT, isso tem que ser uma expressão de uma orientação política, porque essa orientação política fatalmente aparecerá nos números. E é preciso dizer o seguinte - como foi dito aqui corretamente pelo Deputado Riva -: se for mantida essa proposta da LOA para o ano vem para a UNEMAT, vai fechar a UNEMAT, porque com sessenta e um milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil para a UNEMAT para uma folha de sessenta milhões é fechar a universidade. É antecipadamente dizer: “Vocês vão fechar no ano que vem.” Não dá! Portanto, é necessário, sim, uma nova orientação política para com a UNEMAT, para que essa nova orientação política se traduza em números. E os números partem daquilo que o próprio setor de planejamento da UNEMAT, Sr. Secretário, no ano passado, com base nos números que a própria SEPLAN passou para o setor de planejamento da UNEMAT, propôs ao orçamento em 2006 de setenta e sete milhões.

Portanto, se existe uma concretização, está nos números do Governo. É bom dizer que o próprio Secretário Yênes diz publicamente que o Estado está no azul, porque foi fechado o balanço do Estado no azul por conta de repasse do Governo federal. E aí é um trabalho político, é um trabalho político do Governador, dos Secretários, da sua base política junto ao Governo federal que permitiu que o Estado fechasse o seu balanço no azul.

Mas a UNEMAT não pôde fazer isso, pelo menos até agora não pôde. Não sei se é falta de prestígio do reitor junto ao Governo do Estado, não sei se não houve trabalho político, o fato concreto é que nós estamos sentindo, dos exemplos que eu dei aqui, da tradução concreta disso, as consequências do corte orçamentário, da falta de recursos para a universidade, e a universidade está estrangulada. E não ter esses recursos para o próximo ano é inviabilizá-la.

E quero dizer que nós necessitamos que se estabeleça a prioridade para a UNEMAT, que se estabeleça, portanto, valores que permitam a UNEMAT ter de fato uma condição de executar a sua tarefa. Esse valor para nós este ano é no mínimo restabelecer aqueles valores do planejamento do ano passado.

Eu acho que a proposta do Deputado Riva é uma proposta que aponta neste sentido. Agora concordo com a Deputada Verinha Araújo, nós temos que sair daqui com uma proposta concreta, de valor. E concordo também que tem que dizer de onde que vai sair valor, certo, Arnaldo, de onde vai sair o recurso. Os Deputados têm que tomar essa iniciativa política. Eu acho

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

que está correto fazer essa negociação com o Governador. E sair daqui com um valor e com um percentual. Evidentemente que é muito melhor para o planejamento da UNEMAT se ela tiver condições de se planejar para o futuro. Nesse sentido, a proposta de um percentual crescente permite que a UNEMAT internamente se planeje, se organize e inclusive com diretrizes que já foi dita para nós da comunidade acadêmica da UNEMAT, que é do Governo, que é de ter um campus da UNEMAT em Confresa e em Juína. Foi isso que o Governador nos disse em Audiência Pública. E se quer ter um campus também em Cuiabá eu acho que há de se ter também recursos condizentes com essa iniciativa. É aquela história. Não adianta querer o *campus* em Cuiabá sem condições para efetivamente ter...

Eu quero terminar a minha fala, repetindo aquilo que já foi uma fala unânime dos colegas que me antecederam.

A sensibilidade dos Srs. Deputados desta Casa é para que nós apontemos um novo rumo, uma nova perspectiva para a UNEMAT. Temos a sensibilidade de uma nova orientação política para a universidade e que essa nova orientação se traduza em números.

Quero terminar, Sr. Presidente, entregando a Vossa Excelência um documento da Associação dos Docentes da UNEMAT, ADUNEMAT, que eu represento. Esse documento coloca a nossa posição em relação a essa questão. É um anuário estatístico da universidade que me parece que a maioria dos Deputados não tem, inclusive com a evolução orçamentária da universidade, onde mostra inclusive a queda brutal no orçamento da UNEMAT deste ano que explica a crise vivida pela UNEMAT. E dizer também, para concluir, que nós também da comunidade acadêmica estamos muito à vontade no que diz respeito às contas da universidade, inclusive àquelas que foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, que nós esperamos que os Srs. Deputados cumprem o seu papel e que acompanhem essa questão tal como está previsto na Constituição do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria de passar a palavra ao Subsecretário Arnaldo.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Eu só vou completar aqui as palavras do Sr. Domingos Sávio. Quando o Secretário Yênes diz que nós estamos fechando o ano no azul, na realidade seria de suma importância esclarecer esse fato sob dois pontos de vista: Primeiro lugar, eu já tive oportunidade de dizer pessoalmente ao Domingos Sávio, que em momento algum - e foi vinculado em várias notícias nos jornais do Estado - o Governo do Estado tirou e saqueou qualquer recurso que foi destinado legalmente para a UNEMAT. Os recursos eu apresentei, deixei as planilhas com os Técnicos da UNEMAT - alguns alunos estavam presentes - e todos os valores estão disponíveis para ver o que a lei, efetivamente, manda repassar e que foi repassado para a UNEMAT. Então, em nenhum momento houve saque disso. E segundo lugar, efetivamente, apresentava setenta e sete milhões de reais ou em torno disso para o ano de 2006. Isso foi quando foi entregue a proposta orçamentária aqui em setembro. Depois disso houve um contingenciamento e eu mostrei aqui, de quatrocentos e sessenta milhões de reais e a previsão da arrecadação do ICMS, que é a base da arrecadação da UNEMAT, está prevista oitocentos milhões de reais a menos. Isso não é uma vontade de Governo, isso é uma realidade do Estado.

Então, infelizmente, as pessoas podem até questionar sobre a arrecadação, mas são os números publicados oficiais e são os números com os quais todos estão vivendo, todas as vinculações. A Secretaria de Saúde, de Educação, todos estão tendo os mesmos problemas que a UNEMAT também está sofrendo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Quanto à questão, que o Domingos Sávio falou, de fechar no azul, é uma questão constitucional e legal. É porque houve por parte do Governo Federal um excesso de arrecadação e ele é constitucionalmente passado, ele não é favor e nem é política, não é nem questionável. São valores que são passados. É o Fundo de Participação do Estado. Da mesma forma que eu mostrei aqui que o Fundo de Participação do Estado aumentou este ano e o Governo, em momento algum, negou a passar aquilo que é de direito do Estado. A outra parte do recurso que veio foi que a composição da recuperação do Fundo de Exportação, que não estava previsto no Orçamento da União para 2006, ele foi rediscutido e colocado, também não faz parte do rol das fontes que incrementam o orçamento da educação, saúde, UNEMAT e FAPEMAT. Então, são recursos que vieram de forma constitucional, legal e obrigatória.

Então, não houve uma questão política. A única questão que houve envolvimento do Governador do Estado, especificamente, foi aquilo que é constitucional e não vinha sendo repassado para o Estado, que é o convênio da divisão do Estado, onde o Estado estava bancando todos os aposentados da divisão do Estado de Mato Grosso por falta de assinatura de um convênio em que o Governo Federal, efetivamente, estava questionando através da Secretaria do Tesouro Nacional. Eles não entendiam porque ano a ano, ao invés de diminuir o valor dos aposentados e pensionistas da divisão do Estado, do qual o Governo Federal entra com uma terça parte, o Governo de Mato Grosso entra com outra terça parte e o Governo de Mato Grosso do sul com a outra terça parte, o Governo Federal deixou de aportar durante dois anos consecutivo esses valores.

Houve uma interferência do Governador, de toda ação jurídica do Estado, um trabalho bem grande da Procuradoria Geral do Estado, onde conseguiu provar que os recursos eram reais e foram repassados. Esses recursos durante os anos de 2004 e 2005 foram pagos com recursos do Tesouro do Estado.

Então, nada mais nada menos que ressarcir o Governo do Estado daquilo que ele pagou indevidamente, ou pagou substituindo as ações do Governo. Esses recursos que fizeram, que estão levando o Estado a permanecer e fechar no azul, são valores constitucionais e legais. Houve-se um entendimento constitucional e legal por parte do Governo Federal que está cumprindo, efetivamente, a legislação como ela manda.

Portanto, gostaria de dizer que isso não implica, não interfere no relacionamento com a UNEMAT, porque da mesma forma que o Governo Federal faz, nós estamos fazendo, cumprindo fielmente todos os repasses e todos os recursos disponíveis para a UNEMAT. Infelizmente, os recursos que estão fazendo falta para a UNEMAT também estão fazendo falta para a saúde, para a educação, para o CEPROTEC, para a FAPEMAT, inclusive, para a Receita do Estado, cujo corte de todas as secretarias do Estado montou 73%.

Sendo assim, não há aqui, gostaria de justificar mais uma vez, nenhum distanciamento entre aquilo que se comprometeu com a UNEMAT e aquilo que está se realizando, visto que da forma que nós apresentamos são vinculações constitucionais e legais. Se estivéssemos deixando de passar qualquer recurso, nós estaríamos, infelizmente, infringindo uma legislação e que poderia ser penalizado a qualquer instante pelos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Para encerrar, eu gostaria de perguntar se tem mais alguém que quer fazer uso da palavra. (PAUSA). Em não havendo, com a palavra, para a sua sugestão e análise, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu pedi para fazer encaminhando porque entendo que esta reunião se transforma numa continuidade da audiência em que se discutiu especificamente o assunto da UNEMAT, e haverão outras. Se já reunimos cinco vezes, outras

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

cinquenta serão necessárias, não tenham dúvidas disso, e a medida que a sociedade, toda ela, se interessa por aquilo que é público, que é de todos, sempre será necessário muitas reuniões, muitos esclarecimentos. Inclusive, nós vemos que muitas coisas estão em estágios bem embrionários ainda. A compreensão do orçamento público não se restringe à discussão com o Poder Executivo.

Nós devíamos estar cobrando da mesma forma recursos ao Poder Judiciário para a UNEMAT, devíamos estar pedindo dinheiro ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Defensoria Pública, ao Legislativo, ou seja, todas as instituições que demandam o erário público. Portanto, quando o cidadão paga o seu imposto, o próprio nome define, lhe é tirado o percentual daquilo que ele produz ou ganha e compõe o tesouro do Estado. Só passa a ser desse ou daquele poder, dessa ou daquela instituição depois da repartição e existe todo um regramento para isso, o PPA, LDO, Orçamento em todo estágio.

Portanto, para se discutir o que se quer discutir e definir hoje, tem que se percorrer todo esse caminho. É assim que é a hierarquização de todo procedimento. Então, é muito importante o que a UNEMAT, seus alunos, professores, fazem hoje e outros setores vêm fazendo porque é um passo bastante importante para o amadurecimento. Mas, com certeza, é muito mais amplo o espectro de preocupações que se tem que ter para se chegar ao ideal. Mas, sem sombra de dúvida, tira a valia, ao contrário, reforça. Eu próprio, na campanha em vários municípios que fui, fui abordado por comissões de alunos da UNEMAT que me fizeram despertar e hoje ter um maior interesse de estar participando aqui, isto é bem verdade. No entanto, também precisamos resolver questões crônicas, não dá para termos o pé no chão e a cabeça na lua. Não adianta falarmos que não tem o que comer hoje e sonhar com caviar. Nós temos despesas que já estão demandadas, já existe um passivo na UNEMAT, já existe débito e se quer aumentar conta.

Então, como crescer se não se dá conta para fazer frente àquilo que se é hoje. Primeiro, vamos resolver o problema de hoje, a cada dia as suas preocupações. Porque se nós tocarmos para o futuro sem o planejamento concreto, sério, feito em cima disso, os problemas também vão acompanhar e vão crescer juntos, e normalmente crescem mais rápido.

Portanto, eu quero discordar frontalmente de que o orçamento público seja peça política e não peça técnica. Já foi um dia eminentemente peça política. Hoje, o grande esforço de quem quer uma gestão pública eficiente e competente é de transformá-lo numa peça técnica. Falar o contrário é pregar contra todo o esforço de vocês estarem vindo aqui. É exatamente oposto.

Eu, Deputada Verinha Araújo, Deputado Zeca D'Ávila, nós, infelizmente ou felizmente, no caso, quem fez a opção, eu fui eleito, mas não vou ser Deputado, fui o 9º mais votado em 300 candidatos, não vou estar aqui por conta da legislação; a Deputada Verinha Araújo, por mais brilhante que tenha sido o seu trabalho aqui, o julgamento do eleitorado, por qualquer razão, certos problemas que tenha enfrentado, não estará aqui; o Deputado Zeca D'Ávila optou em não ser candidato. Então, nós ficamos de maneira prática prejudicado sobre o encaminhamento da continuidade disso tudo no futuro.

Eu vejo que a UNEMAT, hoje, Deputado Zeca D'Ávila, tem que tirar desta Audiência Pública, neste particular, é preciso que haja uma ação, não digo uma intervenção, porque a palavra poderia soar com duplo sentido. Mas é preciso que o Governo, que banca o custo, a conta, se interesse pela conta. Queira saber: Bom, tenho que dar o dinheiro, mas quero saber como esse dinheiro está sendo aplicado. Que os Poderes, Legislativo, que o Tribunal de Contas participem, que a reitoria aceite esse discurso, esse debate, aliás, que a comunidade acadêmica, que os alunos por ele se interessem para que nós comecemos a resolver as questões crônicas. Não é saco sem fundo o bolso do povo. Não se tem milagre para fabricar dinheiro.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Aumentam-se as contas públicas, sejam elas quais forem, aumenta-se a carga tributária. Imposto no lombo. São vocês mesmos que acabam pagando, cada um de nós. Tem que haver um breque. Este País não pode continuar desse jeito. Então, não dá para se pensar dessa forma. O orçamento tem que deixar de ser politiqueiro, cada vez mais em todas as instâncias. Hoje, já é político. Tem que deixar de ser político e passar a ser eminentemente técnico. Então, os problemas crônicos da UNEMAT, os problemas existenciais precisam ser resolvidos. O que é que a UNEMAT quer? Isso nós discutimos na Audiência passada.

Então, resolvida a questão do Orçamento, seja de que forma ele chegar a termo, não esgota o debate, ele vai continuar com vocês e com aqueles que vão vir depois de vocês, como alunos, como professores, daí para frente, e aqui, como os Deputados que virão depois de nós. Então, na realidade, eu entendo, seja qual for o encaminhamento, não há outro, Secretário Yênes, que não seja o aporte de recursos. É matematicamente inviável, porque o dinheiro destinado já está comprometido antes de começar a executar o exercício. Se o Governo não vai socorrer agora na peça orçamentária, que diga aos interessados, à UNEMAT e à própria sociedade que se interessa pelo que a UNEMAT tem a oferecer a ela, de que forma vai ser assegurada a continuidade. Porque a questão, Arnaldo, não é nem mais o Financeiro, é a segurança institucional de que a universidade possa prestar o seu papel à sociedade. E, por outro lado, também não adianta discutirmos, discutirmos e sabendo que existem as limitações técnicas até para fechar e votar o tal do Orçamento.

Agora, é preciso lembrar que existe uma capacidade de remanejamento orçamentária. Ao longo do exercício do próprio Orçamento é possível, num percentual normalmente no mínimo de 20% que o Governo remaneje recursos desse ou para aquela outra rubrica dessa ou daquela área. A Assembléia é perene, ela pode a qualquer tempo, por solicitação do Executivo, fazer algum remanejamento. Eu acho que deve haver uma pactuação, primeiro, interna. Existe um problema que a UNEMAT tem que resolver. Foi pedida a eleição do Reitor ao longo do tempo. Foi concedida. O Reitor é resultado da decisão da UNEMAT, daqueles que votaram e daqueles que não votaram e, aliás, há notícia de que a abstenção foi bastante grande.

Portanto, este problema é da UNEMAT. Por outro lado, a Reitoria tem os seus compromissos pactuados com a instituição, independente dos votos que tenha alcançado para lá estar. Portanto, deve também satisfação como cada um de nós aqui. Quem se propõe ao voto se propõe à cobrança. Por isso, nos abrimos para isso.

Então, eu acho que é preciso urgentemente que todo esse interesse, esse trabalho que vocês fizeram até aqui se consolide em nível da UNEMAT.

A relação UNEMAT com o Governo. É outra crise existencial que precisa ser definida. Como é isso? Eu sou Governo na hora de buscar o dinheiro, mas não sou Governo na hora de discutir as políticas que interessa ao Estado. Então, isso precisa ser enfrentado também e resolvido. Mas, de toda forma tem problemas que nós planejamos e tem outros em que temos que resolver. Nós temos, hoje, na UNEMAT, situações que são inadiáveis e só dinheiro resolve, porque as contas vão estar vencidas, já estão anunciadas, já se sabe, são vegetativas, tem mais isso ainda. Há um montante aí vegetativo, cresce sem fazer nada! Então, eu vejo que a discussão vai ter que tomar um lado mais praticista, o lado prático, chegar-se a número, já defendia isso na última reunião, defendi junto ao Governo na oportunidade que tive, que não se discute percentual.

A questão da emenda constitucional, me foge o termo agora, é progressiva. Isso eu fiz com a Defensoria Pública, que é uma questão que eu tenho aqui. A Defensoria não é mais importante do que a UNEMAT, mas também não é menos importante e foi um caminho. Não conseguimos, aprovamos a emenda constitucional para 2007, 2008, por quê? Porque o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

enfrentamento institucional é muito grande entre todos os poderes e órgãos que demandam recursos públicos.

Portanto, quando chega a discussão do Orçamento aqui, parece que o dinheiro público está sendo gerido pelo Governador, todo ele, exclusivamente e não é a realidade. A chegar aqui hoje, ele já foi dividido o bolo. Então, o que chega aqui é resultado também da discussão ali atrás. Então, no fundo, nós temos que ter também, os demais poderes, todos eles, Legislativo, Judiciário, volto a dizer, o Ministério Público, conscientes disso, que eles também precisam segurar para que sobre um pouco mais, gente. Para que possa vir aqui nesta discussão. Então, o conjunto da situação é esse.

Então, lá nós colocamos a Constituição, não se chegou a um entendimento, a Defensoria Pública tem direito constitucionalmente a trinta e cinco milhões, trinta e seis milhões, seria trinta e sete milhões pelos novos valores, teve que pactuar vinte e cinco milhões. O orçamento mais próximo dela, daqueles que atuam no Judiciário é cento e quantos milhões que é do Ministério Público? Cento e poucos milhões aí, cento e dez milhões para o Ministério Público e vinte e cinco para a Defensoria. Aí todos os demais estão acima dos cento e dez milhões. Então, vejam a discrepância.

Então, também existem outros setores numa luta constante. Se pegarmos aqui a evolução do que era a UNEMAT em 2002, o que passou a ser a partir de 2003 com o Governo Blairo Maggi, nós vamos ver que a cada exercício foi-se aumentando. Aumentou-se também a despesa. Se tivesse parado num determinado tamanho e aumentado os recursos, com certeza, a pesquisa, a extensão e o ensino estariam com uma outra qualidade. O problema é que as coisas cresceram juntos e o dinheiro não cresceu proporcional a necessidade. Então, se continuar desse jeito, nós resolvemos a gangrena aqui, estanca o problema agora e continua com a mesma prática. Não adianta! No ano que vem vai estar tudo aqui de novo, com o mesmo problema. Você tem a UNEMAT perene e tem a UNEMAT hoje. O pessoal que está estudando tem que concluir seu curso da melhor maneira possível. A briga com a educação, o grão também gera mercado de trabalho, então não adianta brigar com ele, porque é lá que depois que se vai buscar. Então, ao contrário, tudo tem que somar para dar certo, nós não temos que priorizar entre isso ou aquilo.

Então, eu acho que o encaminhamento tem seus frutos, mas acho que de maneira prática não vai ser a emenda constitucional, porque já vivemos essa experiência em outras circunstâncias. Estou citando uma aqui que é o caso da Defensoria Pública, que, aliás, na discussão do Orçamento, Secretário Yênes e Secretário Arnaldo, se não está, vão emendar a questão do decimal, para que o orçamento da Defensoria Pública vá para o duodécimo, como acontece com os demais. Então, não tive oportunidade de ler, porque chegou na sexta-feira. São vários volumes e não deu para ler tudo, mas no caso da Defensoria Pública já fica essa observação. E no caso da UNEMAT eu acho que deve ser levada ao Governador uma questão prática. Sentar com a reitoria e com a equipe técnica; ouvir as comissões que existem dos professores e dos alunos; acertar com os Deputados aqui; acertar as emendas; e fazer o socorro financeiro, o socorro financeiro para que a instituição possa ter o mínimo de segurança para a sua continuidade. E dentro das suas possibilidades técnicas de trabalho com o próprio Orçamento. Quero também dizer para vocês que uma vez aprovado o Orçamento acabou, fechou o caixão, tchau, tchau, não é assim! Há outros mecanismos que a legislação permite, que você possa ir ajustando durante o exercício. Quer dizer, isto tem que ser pactuado agora politicamente. Então aos Parlamentares que vão continuar - está aqui só o Deputado João Malheiros - vai a sugestão. Essa questão da UNEMAT, se eu estivesse por mais um mandato, com certeza, eu criaria aqui um trabalho continuado, pegaria a UNEMAT como foco,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

não como CPI, como tem dito aí, a menos que me convencessem dessa necessidade. Mas disso eu acho que existe uma fase anterior precedente. Eu acho que pegaria e colocaria na mesa, me dedicaria na mesa e me dedicaria a este assunto, e nós chegaríamos no final de 2007 numa discussão muito mais produtora para 2008. Então, fica a título de sugestão. E eu concludo, Deputado Zeca D'Ávila, com essa sugestão a Vossa Excelência no assunto UNEMAT e também ao Secretário Yênes e ao Secretário Arnaldo e a toda equipe da SEPLAN que se discuta com o Governador sobre esse aspecto, porque fora disso, buscar o ideal na atual circunstancia não vai ser alcançando. Resolva isso aqui, agora fica pactuado a continuidade do debate. Esqueça o reitor, o aluno, o Deputado, o Governador, pensa-se nas instituições. Ai nós vamos conseguir avançar fora disso e definir o valor. Se não vai o valor constar ao menos na íntegra neste momento do orçamento, porque ele precisa fechar numericamente, tecnicamente, precisa fechar, o Governo Blairo Maggi precisa encerrar o ano de 2006, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com um monte de exigências.

É o primeiro Governo Estadual desde a égide da Lei Complementar. Então, ele não pode largar para o outro exercício compromissos que não tenham previsão para fazer frente a ele. Tem uma série de amarrações que fazem com que o orçamento de 2007 tenha uma preocupação maior do que todo os outros anteriores, porque é o primeiro de uma série com novas exigências de legislação federal.

Então, são coisas que na convivência nós vamos acostumando e vamos aprendendo a lidar com isso. Mas, o que eu quero dizer para vocês é isso: acerte o que for possível no orçamento, mas deixem pactuado de que a discussão continua. Por quê? Porque existem outros mecanismos mesmo com o orçamento aprovado, de se ir, paulatinamente, equacionando os dois problemas da UNEMAT, financeiro e de gestão.

De gestão, eu não estou condenando reitoria previamente, nada. É daquilo que, aliás, até os Deputados colaboram quando criam campus daqui, dali, sem ter a necessária cobertura financeira para isso. Então, quando eu falo gestão é no conjunto. Eu não estou incluindo “a” ou “b”, porque não quero fazer pré-juízo de ninguém e nem pré-julgamento.

Mas fica essa como contribuição e essa articulação junto ao Governo. Não haverá outro caminho. Fora isso, pessoal, eu disse isso no início e concludo, terão que vir 50, quantas vezes precisar para esta e para outras discussões. Mas que cada vez que venha, ela seja justificável, seja produtora. Acho que até como prêmio por todo o esforço que se fez até agora e que consigamos levar algo de concreto.

E aí, Yênes Magalhães, não tem outro jeito, vai ter que se espremer de algum ponto, vai ter que se amarrar, que se pactue lá, volto a dizer, com os outros Poderes. Diminuir um pouco. Já estão com o orçamento bem maior do que os outros.

Por exemplo, se houver excesso de receita, que se priorize o atendimento à UNEMAT na nova repartição. Porque o orçamento pega aquilo. Estamos prevendo receber dez, então, vamos distribuir como é que vão ser gastos esses dez. Aí existe aquilo que se chama excesso de arrecadação, aquela receita que não estava prevista ou que acontece mais do que se previu. Aquele montante que entra também é repartido. Então, nesse montante aqui, que seja de alguma forma negociado também uma priorização para a UNEMAT. Isso vai se medir como? A cada quadrimestre. Nós temos essa perspectivas. Então, existem, sim, mecanismos de acompanhamento e de composições mesmo durante o exercício. Agora, não adianta tratar a coisa assim: Precisa de dinheiro, busca lá. Não tem lá. Tem aqui, no bolso de cada uma das pessoas que estão aí, e não dá para ser assim! Então, a título de encaminhamento, era isso!

Sr. Yênes, na questão da Defensoria, fica a cobrança da questão do duodécimo, do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

repassse pelo mecanismo do duodécimo.

Muito obrigado a todos! Desculpem se falei demais! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Deputado, pelas palavras.

Com a palavra, o nobre Deputado João Malheiros, para a sua conclusão.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Srs. Parlamentares, eminente Secretário Yênes Magalhães, Subsecretário Osemário Daltro, Arnaldo, equipe da SEFAZ e alunos da UNEMAT, eu quero dizer para vocês, falar para vocês! Eu quero falar especificamente para o José Leão. Leão disse que veio cinco vezes - e até gostei do nome, é leão - e tem que ser assim! Tem que ser assim! Tem que ser leão! Porque nós temos que entender - e aqui eu quero dizer para você - que se vocês aqui não estivessem... Pensem, agora, todos levantando e abandonando esta Audiência Pública. Pensem, quantas pessoas aqui estariam? E nós estamos tratando de Orçamento não só da UNEMAT, do Estado de Mato Grosso. A responsabilidade é dos Parlamentares, mas a cobrança é do povo! A insatisfação é daqueles que usufruem desse Orçamento.

Se os senhores levantarem desta Audiência, todos e a abandonarem, nós teremos aqui, lamentavelmente, um Auditório extremamente vazio, só com os técnicos da Secretaria de Fazenda, os técnicos do Planejamento, aliás, nem os técnicos da Secretaria de Fazenda aqui estão, para que nós possamos falar para nós mesmos. Se você não for lá, Leão, se aquele rapaz da camisa vermelha não for lá, se a nobre e eminente professora de Sociologia... Eu sou professor de História, eu estudei Sociologia, Antropologia, tudo na nossa querida Universidade Federal à época em que ela era Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, onde tinha aquela época o melhor curso de Direito do Brasil. Não sei se ainda tem! Pelo que eles disseram, não é tão boa quanto foi à minha época. Eu tive esse privilégio de ser aluno também, agora... Outro dia estava estudando, fazendo mais um curso aqui - e me formei há um ano atrás - na UNIC. Já fiz na Universidade Federal, já fiz na UNIC, vou fazendo. Então, eu sei a angústia. Eu sei o que vocês estão sentindo.

Agora, eu estou chamando para a reflexão: pensem em vocês e não pensem que não vale nada, ou que não valeu nada a vinda e o reclame de vocês. Saíam conscientes de que abalaram, de que sensibilizaram, porque muita gente está assistindo a este canal. E muitos de nós que aqui estamos, pelo menos os Deputados que aqui estiveram, estão prontos a acompanhar vocês, o Governador do Estado, a sensibilizá-lo, a mostrar que o grão é importante, mas a pesquisa para que nós tenhamos melhores grãos, são também muito importante.

Então, como já dissera o Deputado Carlos Brito, a associação, a luta de todos é válida, não há como distinguir este ou aquele. Mas, se aqui vocês não estivessem hoje, eu fico me perguntando a quem eu estaria falando? Quem estaria nos cobrando? O que iria parecer muito claro, é que o Orçamento é o mais perfeito possível. Talvez, até seja. Mas, com o questionamento e a sensibilidade que nós temos, que o Secretário tem, haverá de melhorá-lo. É para isso que se faz Audiência Pública, porque senão não precisaria, nós estaríamos aqui perdendo a tarde toda, ou ganhando, discutindo com vocês alunos.

Então, eu quero parabenizá-los pela coragem, pela saída cinco vezes. E dou um conselho: venham dez, quinze, porque se o futuro do Brasil está nas mãos de vocês, vocês têm que lutar para que esse futuro seja assegurado de maneira digna, correta e que atenda os anseios de uma sociedade estudantil que, para gerir bem a nossa Nação e o nosso Estado, precisa estar antes de tudo, bem preparada.

Muito obrigado a todos e agradeço imensamente a presença de vocês (PALMAS).

Muito obrigado, Deputado Zeca D'Ávila.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu agradeço a sua intervenção.

Passo a palavra ao nobre Secretário, para as suas conclusões finais.

O SR. YÊNES DE JESUS MAGALHÃES - Sr. Presidente desta Audiência Pública, Deputado Zeca D'Ávila; e Deputados presentes até o presente momento, eu pedi a palavra, mais no sentido de não faltarmos com a verdade.

Eu tinha feito algumas anotações, mas muita coisa o Deputado Carlos Brito e o Deputado João Malheiros acabaram falando, porque, na verdade, quando se fala que a decisão é política e não é técnica, ela é política no sentido de políticas públicas.

Eu queria começar minha fala por uma decisão do Governador Blairo Maggi durante a campanha. Desde o primeiro dia de campanha ele dizia que na segunda gestão 2007/2010 a prioridade seria a educação. Educação! Não estamos falando só de Secretaria de Educação, estamos falando de Secretaria de Educação, estamos falando de UNEMAT, estamos falando de FAPEMAT, estamos falando de CEPROTEC, estamos falando de todos os órgãos do Estado que tem a ver com educação, bem como das Secretarias que tem educação no trânsito, educação ambiental, educação cidadã, no caso da Fazenda. Quer dizer, para todas essas políticas públicas que dizem respeito à educação está sendo montando um núcleo no Gabinete do Governador, e os Secretários, os Presidentes, os Reitores vão tratar diretamente com o Governador. Não vai haver interlocução. Então, isso durante o período de campanha foi colocado pelo Governador como prioridade da própria gestão. E nós não temos dúvida de que aquilo que o Blairo Maggi promete ele cumpre. Ele cumpriu as promessas que fez em relação à estrutura do Estado.

Eu discordo um pouco da colocação feita aqui em relação ao ICMS, em relação a comparar Mato Grosso com o Paraná, não estaríamos perdendo tempo em relação a transporte, logística e uma série de fatores que não dá para nós perdemos tempo nesse momento. Mas, na verdade, quando se propõem como foi proposta aqui uma emenda constitucional, ela não é simples, porque, na verdade, Deputado Carlos Brito, eu li o artigo do senhor que não tem nada a ver com essa questão aqui hoje, uma matéria, melhor dizendo. Mas o senhor colocou muito bem que a prioridade da discussão do Orçamento é durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária, que é a LDO. Então nós cumprimos 100%, Deputado João Malheiros, da LDO, aprovada pelos senhores, tanto é que no dia 29 de setembro, quando nós entregamos a esta Casa o Orçamento, nós o entregamos e pedimos para retirar por dois motivos que o Secretário Arnaldo já colocou aqui. Primeiro, foi um acordo dos chefes dos Poderes, e toda a sociedade mato-grossense sabia disso, que seria retirado o orçamento e seria ajustado com valores de setembro. E foi isso que nós fizemos, porque ninguém concordava com os valores de fevereiro. E realmente houve um incremento de duzentos e vinte e oito milhões a mais no Orçamento que veio para a Casa.

Vale ressaltar quando se coloca que orçamento, que eu disse que está fechando no azul, mas nós temos que lembrar que o orçamento aprovado foi 6 bilhões e 45 milhões. Houve um contingenciamento de 595 milhões. Então, por isso, que, hoje, nós estamos cumprindo esse contingenciamento.

Tivemos, hoje, de manhã, Deputado Carlos Brito, na inauguração da Escola Superior do Tribunal de Contas. E lá foi dito muito bem pelo Sr. Presidente, pelo Conselheiro Júlio Campos, na pessoa do Sr. Governador Blairo Maggi que durante esses 4 anos independentemente dos acordos feitos com os Poderes no que diz respeito ao orçamento houve a parceria do Governador Blairo Maggi para terminar esta sede. Foram 30 milhões a mais colocados aqui. Para construir a sede lá do Tribunal de Justiça, onde temos, hoje, o auditório do Tribunal de Justiça, também houve investimento na Escola Superior do Tribunal de Contas. Se não fosse essa parceria a mais, e o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

Governador disse que a próxima prioridade nossa é o Ministério Público. E depois do Ministério Público, sem dúvida alguma, será a Defensoria.

Eu gostaria que vocês pudessem olhar uma entrevista, de ontem, do jornal *A Gazeta*, onde ele traz um comparativo de Judiciário, Ministério Público e Defensoria em todo o Brasil. E aí traz a aberração que existe em Mato Grosso. Mas isso também, porque primeiro é um prazo muito curto de existência da Defensoria. Então, nós entendemos que já necessidade quando se fala de levar comarcas não é só, Dr. Gerson, você que está aqui, que é do Ministério Público, você sabe muito bem, não é só Ministério Público, não é só Defensoria. Nós temos que levar polícia militar, polícia civil, delegados. Quer dizer, essa estrutura, Deputada Verinha Araújo, hoje, nós precisamos discutir durante a elaboração da LDO. O Deputado Carlos Brito colocou muito bem. Tem momento para tudo.

Então, neste momento, falar que uma emenda constitucional vai resolver o problema. Não vai resolver, porque nós teríamos que alterar, aprovar a emenda constitucional, primeiro. Temos que alterar a LDO e teríamos que alterar a LOA. Então, se houve reclamação de todo mundo que houve atraso, nós fomos recordistas. Conseguimos, Deputada, não só o Executivo, todos os Poderes em 20 dias refazer o orçamento. Isso é inédito, porque o orçamento leva 3 meses para ser elaborado. Nós conseguimos em 20 dias refazer o orçamento. O Deputado Carlos Brito colocou muito bem. É possível, Deputado, com uma discussão com o Governador, Presidente Deputado Zeca D'Ávila, nós fazemos um acordo dentro daquilo que for possível. Porque, Domingos Sávio, nós temos que priorizar, e quando falamos em priorizar significa que tem que cortar de algum lugar. Não tem dinheiro novo! De onde que vamos arrumar dinheiro novo para a UNEMAT? Tem que cortar de algum lugar!

Então, precisa de tempo para essa discussão. O Governador não vai se indispor de fazer essa discussão em hipótese alguma, até porque o seu Líder, o Deputado Mauro Savi, já assumiu o compromisso de marcar uma reunião com o Governador para que possamos fazer essa discussão.

Então, a preocupação de Educação, ela existe por parte do Governo...

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Secretário Yênes, veja bem. O senhor mesmo colocou aí na sua fala que nesse período de 20 dias alterou o Orçamento para mais. Só que os valores da UNEMAT não foram alterados para mais! Se mantiveram os mesmos! Eu acho que...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Em quanto?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputada Verinha Araújo, o Subsecretário Arnaldo, ele explicou muito bem. O que veio a mais no Orçamento foi somente o que tinha de Fundo de Participação de Estado. E também - desculpa Domingos Sávio - não é mérito do Governo Federal. É uma arrecadação de impostos que o município, o Estado e a União fazem e que o Governador Blairo Maggi, através de muita discussão com o Presidente Lula, conseguiu trazer esses recursos. Mas, não é benesse! Não é benesse!...

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Não! Mas, Secretário, só para concluir aqui...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Até porque o Governo do Estado está com uma ação de três bilhões contra o Governo Federal de repasse de Lei Kandir...

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - É verdade!

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Então, é processo de uma discussão, de demonstrar o que Mato Grosso representa no contexto nacional.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Secretário, só para concluir, então, se o senhor me permitir...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Pois não, Deputada Verinha Araújo.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Sobre esse ponto que o professor Domingos Sávio levantou... Ele já discutiu aqui diversas vezes quando abordamos o termo “Execução Orçamentária”, que na verdade, a ampliação de repasses federais, ela estagnou muito essa crise da diminuição dos recursos de ICMS no Estado. Ela ajudou, ela contribuiu bastante! Fora negociações que ele já citou aqui, de Lei Kandir, a questão da divisão do Estado, etc. Mas, na verdade, Secretário, a nossa preocupação aqui, eu acho que o Deputado Carlos Brito também expressou na sua fala, é que existe uma perspectiva de futuro, mas se nós não podemos resolver o problema do futuro, nós vamos resolver o problema do presente. E o problema do presente, hoje, é que a UNEMAT, com esse valor, ela está inviabilizada. E aí, que perguntamos como é que vamos tratar disso? E não tem outra... É no Orçamento. Quer dizer, como é que nós vamos alterar, porque a folha de pagamento é sessenta milhões de reais. Com quase um milhão e quinhentos mil reais a mais... É isso?...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - É sessenta e um para setenta e sete. São quinze milhões a mais.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Como é que fica? Tem custeio, tem manutenção dos campi, aulas, etc. Ela está inviabilizada! Então, essa é a nossa preocupação, porque aqui o próprio anuário estatístico traz que, em 2005, executou sessenta e sete milhões de reais. Se pretende executar em 2006, no máximo, sessenta e dois. Então, já houve uma queda. São quase dois anos mantendo essa queda, sendo que ampliou cursos, professores foram concursados, tomaram posse, uma série de custos a UNEMAT tem gerado e aí ela vai ficar inviabilizada. Então, essa é a preocupação. Nós temos que sair daqui com algum encaminhamento.

O senhor, Secretário de Planejamento, eu sei que o senhor estava doente, não teve como comparecer nas reuniões, a nossa intenção foi a partir daquela Audiência Pública que tivemos aqui, alterar os valores na saída do Projeto do Poder Executivo para o Legislativo, para evitar que, hoje, nós estivéssemos aqui fazendo esse debate. Aí como nós não tivemos condições de superar isso lá no Executivo, vamos fazer no Legislativo.

Eu, sinceramente, acho que aí a questão é política mesmo, de como manter a UNEMAT nessas condições.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Eu disse que a preocupação com a Educação existe.

Segundo, eu disse que a forma de resolver, eu não estou chutando para 2008, eu disse que o Deputado Carlos Brito colocou muito bem: nesse momento, para 2007, é quase impossível porque vocês têm um prazo agora de aprovar emenda constitucional, fazer alteração de LDO e fazer alteração de LOA...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Não tem possibilidade para isso.

Há necessidade de uma conversa, sim, o Líder do Governador assumiu de puxar essa conversa, nós vamos participar e vamos buscar resolver esse problema. Foi isso que eu quis colocar.

Eu só quero reafirmar que a simples vinculação, se é ICMS, se é Receita Corrente Líquida, é impossível vincular a UNEMAT a Receita Corrente Líquida, não é uma decisão de Estado. A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe, ela só permite vincular pessoal. É proibido. Então,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSTR O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**ANUAL PARA 2007, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 13:00 HORAS.**

---

nós temos que encontrar... Por que foi vinculado ICMS? Porque é a receita que mais cresceu nos últimos dez anos! Então, todo mundo queria ICMS. Agora como ICMS caiu, todo mundo não quer ICMS, quer outra. Mas, Receita Corrente Líquida não é possível, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe. Mas, nós, sem dúvida alguma, vamos encontrar a solução para isso.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade.

Quero agradecer a você, Arnaldo e aos técnicos aqui presentes.

Nós vamos aguardar essa convocação para que possamos estar fazendo essa discussão e colaborar com os senhores na aprovação do Orçamento 2007.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Sr. Secretário. Eu quero agradecer, na pessoa de Vossa Excelência, todo o quadro técnico da sua Secretaria; demais técnicos, universitários; professores, Deputados aqui presentes. Muito obrigado pela presença de todos. Muito obrigado, Feliz Natal e próspero Ano Novo a todos. Um abraço.

Damos por encerrada a presente audiência pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Nilzalina Couto Marques.